



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS**

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**FELIPE FERREIRA RUFINO**

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AGROINDÚSTRIA: O GRUPO M. DIAS  
BRANCO E A FÁBRICA FORTALEZA**

**FORTALEZA**

**2025**

FELIPE FERREIRA RUFINO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AGROINDÚSTRIA: O GRUPO M. DIAS  
BRANCO E A FÁBRICA FORTALEZA

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia  
do Centro de Ciências da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito para  
obtenção de grau de Licenciado em  
Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Alexsandra Maria  
Vieira Muniz

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

R865r Rufino, Felipe Ferreira.

Reestruturação produtiva e agroindústria : o grupo M. Dias Branco e a fábrica Fortaleza / Felipe Ferreira Rufino. – 2025.

51 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Alexsandra Maria Vieira Muniz.

1. Reestruturação produtiva. 2. Agroindústria de alimentos. 3. Região metropolitana de Fortaleza. I. Título.

CDD 910

---

FELIPE FERREIRA RUFINO

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS: O GRUPO  
M. DIAS BRANCO E A FÁBRICA FORTALEZA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura Plena em Geografia do  
Centro de Ciências da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito para obtenção de grau  
de Licenciado em Geografia. Área de  
concentração: Geografia Urbana.

Aprovada em: 12/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Alexsandra Maria Vieira Muniz (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eduardo von Dentz  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa  
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

## RESUMO

Nos anos finais do século XX, o Brasil passou a se inserir no processo global de reestruturação do capitalismo, iniciado nos anos finais do decênio de 1980 a fim de contornar a crise causada pelo esgotamento das formas vigentes de produção. O processo se baseia na flexibilização para introduzir novas estratégias de produção industrial. No contexto local da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), se destaca, entre o conjunto de transformações de dinâmicas propostas por esse contexto, a desconcentração industrial da capital para a RMF. A questão norteadora é: Quais os impactos socioespaciais da aplicação das estratégias globais de reestruturação produtiva nas agroindústrias de alimentos da Região Metropolitana de Fortaleza? A partir disso, o objetivo deste trabalho é investigar os impactos do redimensionamento e das transformações das estratégias produtivas das agroindústrias de alimentos sobre aspectos socioespaciais na Região Metropolitana de Fortaleza, verificando os objetos e ações voltadas para a reprodução do capital nesse setor e as repercussões sobre as dinâmicas de utilização do espaço metropolitano. Tomando o Grupo M. Dias Branco e a Fábrica Fortaleza como estudo de caso, busca-se, ainda, entender através desses representantes de peso do ramo, como se dão os circuitos produtivos da produção agroindustrial de alimentos, apurando as estratégias e tendências diante da exposição a um mercado globalizado. Sendo uma pesquisa qualiquantitativa, o percurso metodológico foi traçado para alcançar esses objetivos considerando as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico e documental; b) elaboração de hemeroteca temática; c) levantamento de dados estatísticos; d) elaboração de mapas; e) construção de gráficos; f) trabalho de campo; g) entrevistas e aplicação de questionários. Das estratégias consideradas clássicas da reestruturação produtiva, verificou-se a descentralização industrial no rumo da região metropolitana, a mecanização da produção e a terceirização de etapas. Como consequências paralelas a esse processo, foram verificadas o desenvolvimento de infraestruturas de transporte, transformações nas dinâmicas habitacionais e influência das exigências de qualificação de mão de obra sobre os sistemas de educação. O estudo revelou, ainda, estratégias singulares para a agroindústria de alimentos, através do apreendido na observação da M. Dias Branco e Fábrica Fortaleza, que adotam a verticalização de etapas para, além de otimizarem o controle de qualidade, criarem novos ciclos de lucro com a expansão de produtos fabricados. Sendo os comportamentos alimentares uma variante que acompanha tendências do tempo e do local em que ocorrem, foram notadas, ainda, estratégias da

agroindústria de alimentos a fim de acompanhar essa volatilidade, que se torna cada vez maior com a globalização de comportamentos potencializada pelos usos atuais da internet.

**Palavras-chave:** reestruturação produtiva; agroindústria de alimentos; Região Metropolitana de Fortaleza.

## ABSTRACT

In the final years of the 20th century, Brazil began to integrate into the global process of capitalist restructuring, initiated in the late 1980s to overcome the crisis caused by the exhaustion of existing production methods. The process is based on flexibility to introduce new industrial production strategies. In the local context of the Fortaleza Metropolitan Region (RMF), among the various transformations proposed by this context, the industrial decentralization from the capital to the RMF stands out. The guiding question is: What are the socio-spatial impacts of the application of global productive restructuring strategies on the food agroindustries of the Fortaleza Metropolitan Region? Based on this, the aim of this study is to investigate the impacts of resizing and transformation of production strategies in food agroindustries on socio-spatial aspects in the Fortaleza Metropolitan Region, examining the objects and actions directed at the reproduction of capital in this sector and the repercussions on the dynamics of metropolitan space usage. Using the M. Dias Branco Group and Fábrica Fortaleza as a case study, this research also aims to understand, through these significant industry representatives, how the productive circuits of food agroindustrial production operate, examining the strategies and trends in response to exposure to a globalized market. This is a qualitative and quantitative research, and the methodological process was outlined to achieve these objectives, considering the following steps: a) bibliographic and documentary survey; b) creation of a thematic news archive; c) collection of statistical data; d) creation of maps; e) construction of graphs; f) fieldwork; g) interviews and application of questionnaires. Among the classic strategies of productive restructuring, industrial decentralization towards the metropolitan region, mechanization of production, and outsourcing of stages were identified. As parallel consequences of this process, the development of transportation infrastructure, transformations in housing dynamics, and the influence of labor qualification requirements on education systems were observed. The study also revealed unique strategies for the food agroindustry through the observations of M. Dias Branco and Fábrica Fortaleza, which adopt vertical integration of stages to optimize quality control and create new profit cycles with the expansion of manufactured products. Since eating behaviors are a variable that follows trends of the time and location in which they occur, strategies were also observed in the food agroindustry to keep up with this volatility, which has been increasingly amplified by the globalization of behaviors, fueled by current uses of the internet.

**Keywords:** productive restructuring; food agroindustry; Fortaleza Metropolitan Region.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.1 Objetivos.....	8
1.2 Metodologia.....	9
<b>2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ: UMA PERIODIZAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
2.1 As fases da industrialização cearense.....	12
2.1.1 Reestruturação produtiva: da terceira fase da industrialização cearense às demandas atuais.....	13
<b>3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: OS IMPACTOS DA ESTRATÉGIA CAPITALISTA.....</b>	<b>16</b>
3.1 O Estado como agente: fixos, fluxos e a mobilidade do trabalhador.....	20
<b>4 O GRUPO M. DIAS BRANCO E A FÁBRICA FORTALEZA.....</b>	<b>32</b>
4.1 A Fábrica Fortaleza e sua repercussão socioespacial.....	38
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À REPRESENTAÇÃO DA CIONE.</b>	
49	
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ABORDAGEM PORTA-A-PORTA NO PARQUE DOM PEDRO.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante os anos finais do século XX, mais especificamente a partir da segunda metade do decênio de 1980 (Oliveira, 2002), o mercado brasileiro passou a se integrar ao processo mundial de reestruturação produtiva. Esse processo, que será conceitualmente aprofundado mais adiante no corpo deste estudo, se estabeleceu como uma estratégia para contornar as crises enfrentadas pelo capitalismo naquele período (Muniz, 2019). Como afirma Harvey (1992), a partir do início da década de 1970, as principais economias mundiais — com ênfase nos Estados Unidos da América, então hegemonia internacional — sentiam os efeitos do fim da era de expansão econômica pós Segunda Guerra Mundial, que vinham experimentando desde 1950. O modelo produtivo em vigor até então, o fordismo, havia se tornado rígido em sua forma de acumulação de capital, não acompanhando as novas demandas do mercado acarretadas por avanços tecnológicos e transformações socioeconômicas e culturais próprias da globalização acelerada que, parafraseando Santos (2000), ocorria mundializando o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo e a informação. Dessa forma, a flexibilização da acumulação surge como solução, e a reestruturação produtiva se estabelece com estratégias nesse sentido. Exemplos são a reorganização das relações de trabalho, com estratégias como a terceirização e os contratos temporários, visando uma configuração de mão de obra adaptável às constantes mudanças do mercado; e a descentralização produtiva, que inclui as táticas de horizontalização das etapas produtivas a fim de diminuir riscos e a descentralização espacial das indústrias para acessar novos mercados. Vale salientar que essas e outras táticas de rearranjo administrativo e espacial foram propiciadas pelos avanços técnicos em informática e comunicação que permitiram, dentre muitas conveniências, a administração remota e integrada.

Pouco antes desse contexto se concretizar na realidade do Brasil e do Ceará, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi oficialmente instituída no ano de 1973, pela Lei Federal nº. 14/73, com a premissa de definir uma região administrativa constituída pela metrópole Fortaleza e os municípios abrangidos pelo raio de influência da capital, viabilizando um planejamento urbano integrado. Nesse intento, a mesma lei instituiu, ainda, a criação das regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém. Essa movimentação no rumo da organização da expansão desses centros urbanos, que já vinha sendo experimentado individualmente pelos municípios anteriormente a publicação da lei federal — a prefeitura de Fortaleza, a exemplo, um ano

antes, em 1972, já havia elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF) — aconteceu em paralelo ao avanço da supracitada crise mundial do capitalismo que culminaria na reestruturação produtiva. Enquanto os países centrais percebiam uma crise desde meados dos anos 1960 e em 1970 buscavam solução na flexibilização, no Brasil, de 1968 a 1973, era vivenciado o chamado *milagre econômico brasileiro*, período de prosperidade da economia nacional definido pelos investimentos na indústria de bens duráveis, que chegou ao fim por fatores como a crise do petróleo, o aumento da inflação e o crescimento da dívida externa, acarretado pelos empréstimos feitos para investir em infraestrutura industrial. Com o fim dessa era de crescimento, o Brasil chega nos anos 1980 já inserido na crise econômica que demandou a importação dos métodos da reestruturação produtiva. Evidentemente, sendo as regiões metropolitanas os polos concentradores das atividades econômicas no país, essas foram as áreas diretamente afetadas pelas estratégias desse processo e pelos efeitos socioespaciais dele decorrentes, sobretudo considerando a inerente demanda por descentralização.

Atualmente, a Região Metropolitana de Fortaleza é formada, de acordo com atualização de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 19 municípios: Fortaleza, a sede, Aquiraz, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Pindoretama, Cascavel, Paracuru, São Luís do Curu, Paraipaba e Trairi. Nessa configuração, o desenvolvimento urbano da RMF ocorreu ao passo que as indústrias e o mercado exploravam as potencialidades desses municípios: o espaço físico para expansão e os atrativos fiscais nos quais o setor industrial veio a investir; a pesca extrativista, o avanço dos mercados da vilegiatura<sup>1</sup> e do turismo à beira mar, as usinas eólicas e as estruturas portuárias nos espaços litorâneos ao passo que o turismo foi se estabelecendo como protagonista dos investimentos, em uma dinâmica que Amora e França (2017, p. 89) vão sintetizar afirmando:

A evolução populacional, bem como a expansão do emprego formal - outro componente da dinâmica metropolitana - ocorreram em um momento de maior dinamismo das atividades produtivas, no caso, a industrial, e, no segundo momento (anos de 1990 e 2000), mantiveram-se os incentivos à indústria, porém com a incorporação de outras atividades mais ligadas ao desenvolvimento do turismo litorâneo, das atividades de lazer e do consumo, que, de maneira geral, contribuíram para alterar a configuração do espaço metropolitano.

Como posto por Corrêa (1989), a indústria — ou os proprietários dos meios de produção —, de modo geral, é um agente de produção do espaço. Nesse contexto, que

---

<sup>1</sup> Vilegiatura é o termo usado para se referir às dinâmicas decorrentes da ocupação sazonal, geralmente para usufruir de lazer (Pereira, 2012).

combina a complexidade da constituição compulsória de uma região metropolitana para promoção de esforços por desenvolvimento regional com os do avanço de um processo de industrialização associado a um momento de profundas transformações do capitalismo, esse papel ativo da atividade industrial nas transformações socioespaciais tem características próprias que se evidenciam. Na realidade cearense, merece atenção a agroindústria, que historicamente se destaca como uma das principais atividades industriais. A agroindústria de alimentos, segmento desse setor que transforma matérias-primas provenientes da produção agropecuária em produtos alimentícios industrializados, tem uma representatividade econômica importante na RMF. Em 2023, por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) divulgou que no referido ano a indústria de alimentos e bebidas obteve um faturamento de R\$17 bilhões no Ceará, representando 7% do PIB total do estado, empregando diretamente 47 mil trabalhadores (Damasceno, 2024). Com um expressivo número de estabelecimentos e a presença de empresas de grande porte, este ramo apresenta os interessantes rumos que os circuitos espaciais da produção de alimentos tomam na RMF.

O presente trabalho de pesquisa se debruça, então, na contextura exposta para investigar os desdobramentos da reestruturação produtiva na Região Metropolitana de Fortaleza na perspectiva das transformações socioespaciais, tomando a agroindústria de alimentos como cerne, dada a importância desse ramo para a economia do estado do Ceará e a pertinência das singulares dinâmicas da produção e consumo de alimentos. Partindo do entendimento de que as dinâmicas em torno da espacialização das indústrias e dos circuitos produtivos destas têm efeitos sobre a ocupação do solo, o acesso a serviços e a mobilidade urbana, dentre outros aspectos, o grupo empresarial M. Dias Branco e a Fábrica Fortaleza, exemplos expressivos do segmento, serão tomados como objeto de estudo.

## 1.1 Objetivos

Objetivo geral: Analisar as consequências socioespaciais do redimensionamento e investimento agroindustrial em Fortaleza.

Objetivos específicos:

- Analisar as consequências do desenvolvimento agroindustrial nos antigos e novos espaços da Região Metropolitana de Fortaleza, considerando zonas urbanas, eixos de transporte e complexos industriais e portuários, e seus impactos no mercado de trabalho e na dinâmica populacional.

- Identificar os objetos e ações voltados à produção e reprodução do capital agroindustrial na região metropolitana e as transformações espaciais consequentes, compreendendo o papel do Estado e do capital privado no investimento do capital agroindustrial.
- Analisar os circuitos espaciais da produção agroindustrial utilizando o grupo M. Dias Branco como estudo de caso.

## 1.2 Metodologia

Na pesquisa geográfica, é indispensável considerar, dentro do recorte temporal, os *sistemas técnicos* (infraestrutura, tecnologias, processos), que oferecem a dimensão da materialidade, dos fixos, e dos *sistemas de ação* (práticas econômicas, política, comportamentos sociais), que dão as bases históricas sobre as quais a materialidade se desenrola (Santos, 1996 apud. Elias, 2020). Em uma pesquisa em geografia das indústrias, sobretudo quando se observa o espaço industrial como consequência das contradições próprias da lógica capitalista, construir o trabalho a partir dessa noção é fundamental, uma vez que os objetos de estudo são os fixos em sua interação com o espaço dentro de contextos políticos e socioeconômicos que vão condicionar a evolução da contextura examinada. Tendo isso em vista, o percurso metodológico adotado para alcançar os objetivos da pesquisa parte de um estudo quali-quantitativo composto pelos seguintes passos: operacionalização das etapas; elaboração de base bibliográfica; coleta de dados quantitativos; realização de trabalho de campo; aplicação de entrevistas; e, por fim, cruzamento de informações para discutir resultados.

A operacionalização das etapas é inspirada no método de organização de pesquisa descrito por Elias (2020) como ideal para estruturar o trabalho com temáticas tão complexas em interligações como agroindústria e região metropolitana. Consiste, primeiramente, na definição de perguntas norteadoras para guiar o andamento da pesquisa e, por último, no estabelecimento da matriz metodológica, que se traduz na determinação dos principais temas, agentes e indicadores a serem considerados para conduzir a pesquisa de maneira mais eficiente. Nessa etapa da metodologia, as perguntas norteadoras definidas foram: quais impactos socioespaciais da atividade da agroindústria de alimentos no espaço metropolitano de Fortaleza?; qual a relação entre mobilidade do trabalhador, dinâmica populacional e espacialização das agroindústrias de alimentos?; qual o papel do Estado na implantação dos sistemas de objetos e ações voltados aos investimentos agroindustriais e os círculos de

cooperação associados? Já para a matriz metodológica, foram estabelecidos como temas principais: reestruturação produtiva, processo de industrialização da Região Metropolitana de Fortaleza e agroindústria de alimentos; como agentes principais foram determinados: o capital privado, o poder público, o trabalhador e a sociedade civil; como indicadores: indicadores econômicos (como Produto Interno Bruto e lucros líquidos), indicadores de mercado de trabalho (como empregabilidade e perfil do trabalhador) e indicadores sociais (como ocupação espacial, padrões de migração e movimentação pendular).

Traçada essa operacionalização, o passo seguinte foi a revisão bibliográfica, que embasou o desenvolvimento da pesquisa e redação final. Essa etapa também viabilizou a conceituação dos temas principais e subsidiou respostas às perguntas norteadoras. A busca de referências foi otimizada com o uso das ferramentas virtuais Scopus, Periódicos Capes, Google Acadêmico, Academia, Research Gate, repositórios da UFC, e VOSVIEWER dentre outras, que permitem buscar artigos científicos, livros, dissertações e outros documentos através de palavras-chave. As notícias de jornais também foram uma ferramenta relevante. Formando uma espécie de hemeroteca, notícias buscadas a partir de palavras-chave foram colecionadas no intento de acompanhar eventos correlatos ao assunto desta pesquisa.

A ida a campo teve um papel importante no planejamento, pois a observação permitiu levantar as hipóteses que deram origem à parte das perguntas norteadoras. Além disso, permitiu entender algumas dinâmicas, que serão comentadas nos resultados, através da contemplação dos entornos de empresas e das conversas com funcionários e moradores locais. Nessas conversas, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas.

Finalmente, durante a etapa de coleta de dados quantitativos, para alimentar a investigação dos indicativos, foram consultadas bases de dados públicos. Os dados do IBGE foram utilizados para acessar o Produto Interno Bruto (PIB) em diferentes períodos de divulgação e em escalas diversas (nacional, estadual e municipal), informações sobre infraestrutura e urbanização, números da produção industrial, além de dados sociais e demográficos. A extração de conteúdos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) permitiu analisar dados importantes para mensurar o impacto das agroindústrias de alimentos, com informações como porte de empresas, com a possibilidade de filtrar por CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas), além de detalhes sobre distribuição dos estabelecimentos, geração de empregos e o perfil do trabalhador. Nesse sentido, a verificação de dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) foi complementar. Foram consultados, também, dados sociais e econômicos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Quanto à organização do trabalho, o conteúdo está dividido em cinco partes. A primeira, esta introdução, traz a contextualização do problema da pesquisa como justificativa, os objetivos e a metodologia. Em seguida, a segunda seção dá início ao desenvolvimento, trazendo uma periodização do processo de industrialização cearense, do estabelecimento da economia local, passando pelas fases da industrialização cearense, até o momento da reestruturação produtiva, salientando o protagonismo da agroindústria nessa trajetória. Dando continuidade, a terceira seção aborda dois temas que compõem o cerne da pesquisa: reestruturação produtiva e Região Metropolitana de Fortaleza. Além da conceituação, são inseridos dados e análises correspondentes à discussão da pesquisa, como a investigação do papel dos agentes envolvidos nos processos em pauta e os impactos socioespaciais resultantes. Na quarta parte do texto, se encontram os resultados do estudo de caso, ferramenta metodológica descrita por Yin (2001, p.32) como uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos da vida real dentro de um contexto, que para o presente trabalho de pesquisa, foi aplicado sobre o Grupo M. Dias Branco e da Fábrica Fortaleza para analisar os desdobramentos dos circuitos produtivos da agroindústria de alimentos na Região Metropolitana de Fortaleza. Por último, na quinta seção, estão as considerações finais.

## 2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ: UMA PERIODIZAÇÃO

O processo de industrialização do Ceará se iniciou em uma condição de atraso, se comparado ao processo de industrialização do país, que, por sua vez, ocorria em situação de atraso em relação aos pioneiros da produção industrial no mundo. Essa dinâmica decorreu de um extenso conjunto de fatores que não cabe ao intento deste trabalho de pesquisa esmiuçar; mas, sintetizando, é possível justificar tal realidade na posição de país periférico no cenário global que o Brasil então ocupava — e permanece ocupando nos dias presentes —, e, no que diz respeito ao Ceará, na tardia integração do Nordeste à economia nacional.

Desde a colonização europeia, devido às condições propícias à implantação de *plantations* e à pecuária, o nordeste do país se desenvolveu cultivando as heranças de uma história marcada por um modelo de organização socioeconômica baseado na apropriação e uso da terra em prol da produção para exportação. Nesta dinâmica, a viabilidade estava intrinsecamente ligada ao êxito das safras das *plantations* e do sucesso da pecuária, elementos sobre os quais essa economia se sustentava; no entanto, as safras e criações enfrentaram, ao longo dos anos, uma instabilidade caracterizada por períodos de prosperidade intercalados

com frequentes crises, em boa parte ligadas às secas, de maneira que o Nordeste termina os anos 1800 fortemente prejudicado.

E não só as condições naturais das quais dependem a agricultura foram responsáveis pela debilitação econômica do Nordeste neste período. É fundamental lembrar que essa economia se desenvolveu às custas de mão de obra escravizada por quase quatro séculos. Quando a escravidão é abolida (em 1884 no Ceará e em 1888 no restante do país), um gradual processo de desmonte da economia do açúcar e do algodão ocorre na região (Schwarcz; Starling, 2015). Na sequência, ao tentar preencher as lacunas deixadas pela abolição do sistema escravocrata através do incentivo à imigração em massa de trabalhadores estrangeiros, o governo da Primeira República agravou as desigualdades ao concentrar essa estratégia no desenvolvimento do Sudeste, explorando, principalmente, o enorme sucesso do café em São Paulo. Outro marco na trajetória da consolidação das desigualdades regionais foi o período do *milagre econômico brasileiro*, quando, com investimento estrangeiro, o governo da Ditadura Militar fomentou a modernização e expansão da indústria, concentrando, novamente, os investimentos no Sudeste.

Mesmo sobre esse pano de fundo de fragilidade econômica acompanhada de negligência administrativa, a partir dos anos finais do século XIX, a industrialização cearense se inicia (Amora, 2007) e as potencialidades econômicas do Nordeste são exploradas.

## 2.1 As fases da industrialização cearense

Das potências produtivas do Ceará no decorrer da história, os carros-chefes da agropecuária no território do estado foram a cana-de-açúcar, o algodão e o gado. As lavouras de cana-de-açúcar se concentravam nas proximidades do litoral, onde as condições do solo, da geomorfologia e do clima do Tabuleiro Costeiro eram propícias a essa valorizada cultura. Na ocupação do interior do continente, a criação de gado tomou espaço, desenvolvendo a pecuária do leite, da carne e do couro. Com a baixa da pecuária após períodos de seca, o cultivo do algodão surge como alternativa econômica de grande sucesso. É esse contexto econômico que alicerça o desenvolvimento da agroindústria como a principal, ou quase exclusiva, vertente no início do processo de industrialização do estado.

Consoante Amora (2007), nos anos finais do século XIX se inicia a primeira fase da industrialização, que se estende até os anos 1950. Apesar dos percalços comentados, o Ceará seguiu o fluxo da industrialização que começava no país. No Brasil, a industrialização se iniciou por volta de 1840, passando por um crescimento nos anos 1910 ocasionado pela

Primeira Guerra Mundial, que demandou o desenvolvimento de produtos industrializados dentro do país (a chamada substituição de importações), já que o conflito gerou obstáculos para a importação. O Ceará acompanhou, instalando suas primeiras indústrias nos segmentos que caracterizam essa fase: indústrias têxteis, indústrias de beneficiamento de couro e peles e indústrias de beneficiamento de vegetais para produção de óleos. Como é simples deduzir, a instalação dessas indústrias foi condicionada pela presença de matéria-prima, se localizando, majoritariamente, nas cidades coletoras da produção agrícola (principalmente Aracati e Sobral) e em Fortaleza para facilitar a exportação. Uma característica marcante dessa fase é o capital local como base. As noções administrativas eram diferentes das contemporâneas, com o gerenciamento permanecendo em teias familiares, em um regime de capital limitado.

A segunda fase se inicia nos de 1960, indo até aproximadamente 1985. O que marca essa etapa é a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959. As desigualdades entre Sudeste e Nordeste, abordadas anteriormente, à essa altura já estavam enraizadas e tinham sido gravemente aprofundadas durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, que investiu no discurso do desenvolvimentismo através da industrialização, mas centralizou os investimentos no Sudeste. Diante disso, o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste — GTDN foi criado em 1956 para diagnosticar a situação e buscar soluções, traçando planos de trabalho. A conclusão alcançada foi de que avançar a industrialização seria a saída para mitigar as disparidades, e a SUDENE é criada para conduzir a política de industrialização. A estratégia de incentivos fiscais para atrair empreendimentos começa a partir daí, e estabelecimentos provenientes de empresas do Sudeste, principalmente, passam a aderir, se instalando em Fortaleza, Maracanaú (até então, parte de Maranguape), Caucaia e Horizonte. A modernização era visada pelo Nordeste neste momento, então novas indústrias leves (de metalurgia, embalagens e materiais eletrônicos) foram inseridas e os segmentos veteranos (têxtil, óleos, couros e peles) foram mantidos, mas com estruturas modernizadas.

### ***2.1.1 Reestruturação produtiva: da terceira fase da industrialização cearense às demandas atuais***

A reestruturação produtiva marca a terceira fase da industrialização cearense. Como esboçado anteriormente na introdução deste trabalho, a partir da segunda metade dos anos 1980, o Brasil passou a acompanhar os países centrais do sistema global em um processo de

reorganização do capitalismo iniciado para contornar as crises intrínsecas à fase de renovações técnico-culturais do final do século XX, marcada pela revolução da informática — com o desenvolvimento de sistemas operacionais e a difusão do uso de computadores —, e o aperfeiçoamento da comunicação como um todo. As possibilidades do mercado foram transformadas em diversos níveis, tanto porque os avanços tecnológicos foram incorporados nas áreas de produção em geral (maquinário, procedimentos de controle de qualidade, etc.), como, também, porque novas táticas gerenciais e novas estratégias de mercado puderam ser aplicadas com as perspectivas de administração remota, trabalho colaborativo entre instalações distintas da mesma empresa ou grupo, além da venda por meios virtuais (e-commerce) e outras dinâmicas decorrentes.

O avanço técnico em curso não poderia, no entanto, provocar sozinho as profundas mudanças que ocorreram a partir dos anos 1980 e repercutem até a atualidade. Nessa conjuntura, as formas de produzir, consumir, e lucrar também sofriam alterações, de maneira que a acumulação capitalista nos moldes do fordismo, ideologia de mercado que vigorou nos países centrais durante o período de expansão econômica experimentado a partir de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, entrou em colapso. Para contornar a situação, a flexibilização surge como solução (Harvey, 1992). Em linhas gerais, a finalidade da flexibilização é ampliar os lucros ao aumentar a variedade de produtos fabricados, para atender demandas diversas, e, ainda assim, produzi-los em alta velocidade e em grande quantidade. Ao elencar as características desse processo de reestruturação produtiva baseada na flexibilização, Muniz (2019) destaca a mundialização da competitividade, a descentralização produtiva com relocalização das indústrias, a terceirização de etapas, o rearranjo institucional das normas, a consequente reorganização das relações de trabalho e a modernização das etapas produtivas e organizacionais no rumo da padronização global.

É pertinente entender que, apesar de, eventualmente, difundida no Brasil, a reestruturação produtiva não foi importada da origem em sua forma integral. Como já mencionado, essa estratégia surgiu para contornar a crise que os países dominantes do mundo, liderados pelos Estados Unidos da América, sentiam com o esgotamento do modelo fordista de produção, diminuindo os superlucros. Já no Brasil, a motivação era uma crise própria da industrialização retardatária que se iniciou após o chamado *milagre econômico brasileiro*. A fase do *milagre econômico brasileiro* foi marcada por uma enorme expansão econômica no país ocasionada pelo investimento em infraestrutura industrial entre 1968 e 1973, principalmente destinado à indústria de bens de consumo duráveis. Com a crise do petróleo, o aumento da inflação e o crescimento da dívida externa resultante dos empréstimos

feitos para o investimento na indústria, essa fase de ascensão chega ao fim dando lugar à crise. A redução de tarifas sobre a importação e derrubada de barreiras comerciais agravou a situação ao provocar a deterioração do modelo de produção para substituição de importações (surgido nos anos 1910 como resposta aos embargos à importação durante a Primeira Guerra Mundial). Já o esgotamento do fordismo não parece ter ocorrido no Brasil, de fato. O modelo vinha exitoso, principalmente na Ditadura Militar, quando as demandas trabalhistas e os movimentos sindicais foram sufocados, permitindo a exploração extrema da mão de obra que, sem acessar direitos, gerava altos lucros. A reestruturação é sobreposta ao modelo vigente, em suma, para maximizar lucros reduzindo gastos e viabilizar o novo nível de competitividade que o mercado global passou a impor.

Soma-se, ainda, a essa conjuntura a guerra fiscal que acontecia no contexto nacional. A motivação do conflito era a disputa entre os estados do país pelo investimento de empresas de variadas atividades industriais em seus territórios (Cabral; Muniz; Sampaio, 2019), em um momento onde as instituições estaduais elevavam sua autonomia na tomada de decisões. Inicia-se, então, uma disputa pela evolução das economias locais, pautada no uso de concessões e incentivos fiscais como forma de atrair investimento. Essa situação harmoniza com a demanda por descentralização da reestruturação produtiva em curso.

Portanto, deduz-se que a reestruturação produtiva brasileira possui características próprias, com algumas dinâmicas se destacando. A desindustrialização e a descentralização industrial ocorrem criando vazios industriais em algumas áreas e moldando o processo de urbanização em outras. São exemplos recentes de desindustrialização as empresas de confecção têxtil Malwee e Guararapes, que, nos últimos anos, fecharam unidades produtivas em Pacajus e Fortaleza, respectivamente, com a justificativa de diminuir custos em um momento em que a inflação enfraquece o varejo. Outras estratégias características são a abertura de capital e adaptação à lógica de grupos empresariais, como fez a M. Dias Branco, e a flexibilização do trabalho, com estratégias como o trabalho informal, as contratações temporárias e a terceirização de etapas. Nesse sentido, o avanço do neoliberalismo político foi fundamental para institucionalizar o enfraquecimento de direitos trabalhistas que representassem obstáculos à flexibilização do trabalho. Um exemplo recente é a reforma trabalhista de 2017 (Brasil, 2017), que aprovou diversas medidas no sentido da dissolução de garantias para o trabalhador e enfraquecimento dos movimentos sindicais.

Durante a revisão bibliográfica para a construção deste trabalho, foi notado que frequentemente pesquisadores analisam a fase da reestruturação produtiva iniciada no século passado como a fase que perdura até o momento atual do desenvolvimento industrial. Apesar

de ser, de fato, um processo contínuo, a intensidade das mudanças ocorridas em momentos mais recentes inseriu novas configurações e promoveu a ruptura de outras, de maneira que é possível discutir sobre uma quarta fase da industrialização cearense. Do final dos anos 1990 para o início dos anos 2010, as tecnologias evoluíram com grande rapidez, principalmente na área da informatização. Smartphones e redes de internet móvel permitiram o trabalho em qualquer lugar, softwares de automatização de rotinas administrativas, refinamento da robotização de etapas produtivas, dentre outras ferramentas e dispositivos, ampliaram as possibilidades, reorganizaram circuitos e rearranjaram relações de trabalho. Essas características, que são integradas à indústria cearense à medida que se difundem no Brasil, fazem parte da chamada Indústria 4.0, que, de acordo com Antunes (2020, apud. Muniz, 2023), surge como conceito na Alemanha em 2011 e representa a transição para um novo momento tecnológico no mundo produtivo em geral, marcado pela robotização, platformização e uso de inteligências artificiais.

### **3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: OS IMPACTOS DA ESTRATÉGIA CAPITALISTA**

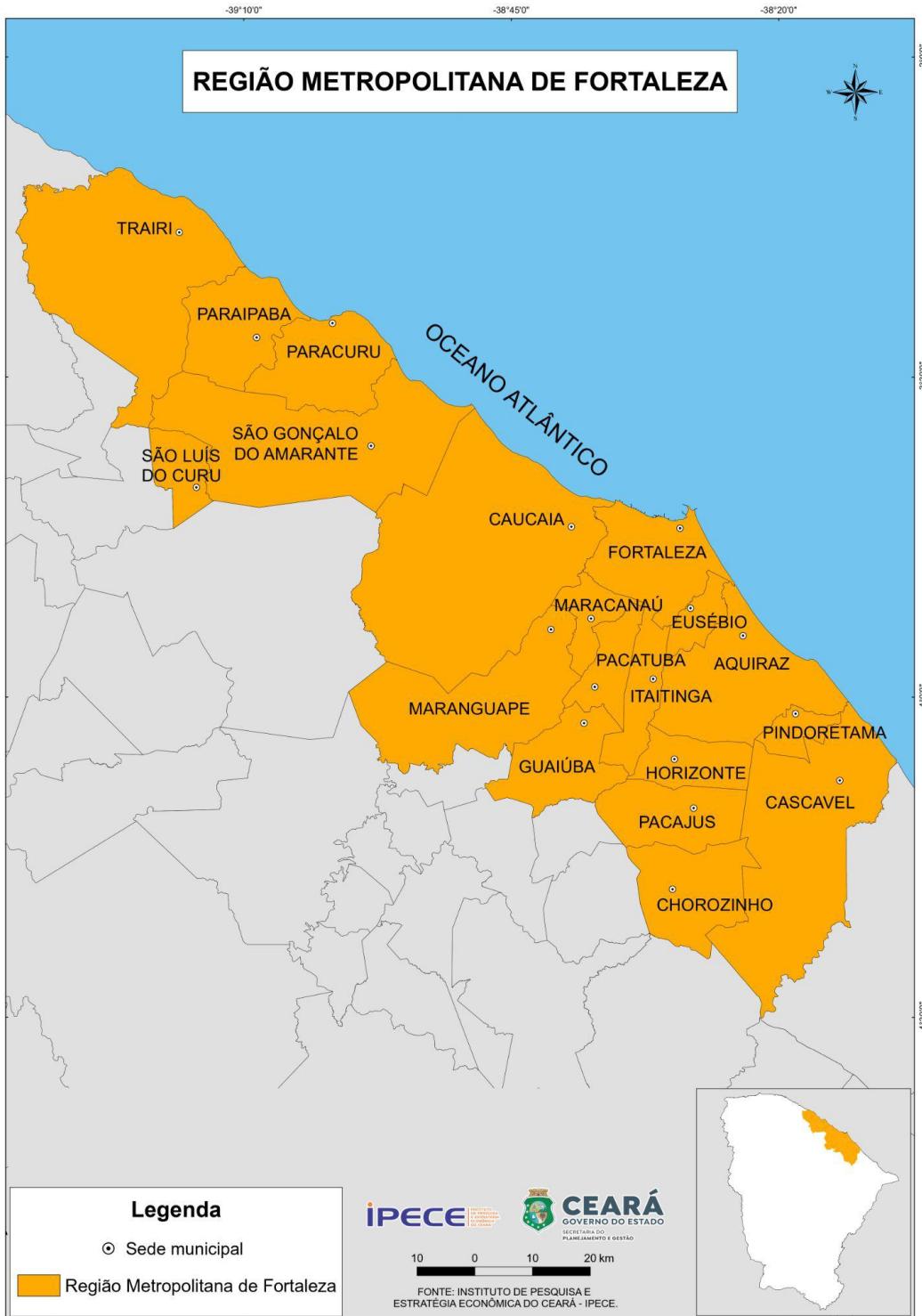
Ao estudar a Região Metropolitana de Fortaleza a partir de qualquer aspecto, é fundamental investigar as justificativas que levaram até a instituição dessa macrorregião administrativa. De uma perspectiva primária, Fortaleza se desenvolveu historicamente como concentradora, no Ceará, de signos do progresso urbano — como o comércio, os serviços e infraestrutura no geral —, de maneira que, conforme a urbanização desse espaço avançou no rumo da sua forma na atualidade, a cidade caminhou para a sua consolidação enquanto metrópole. Esse processo não se caracteriza apenas pela concentração de investimentos em setores-chave, mas também pela formação de uma rede de influência, cujo polo é a metrópole, que abrange os municípios circunvizinhos. Firkowski (2013), ao explorar em diversos autores a conceituação de metrópole, discorre sobre a ideia de conurbação como parte elementar do processo. Embora nem toda conurbação implique a presença de uma metrópole, em toda metrópole observa-se a conurbação, fenômeno que se traduz na aglomeração de áreas urbanas adjacentes cujos limites se tornam menos definidos à medida que se inter-relacionam socioeconomicamente. Na realidade de Fortaleza, a conurbação é verificada, principalmente, na expansão da malha urbana da capital que vai rumo aos municípios limítrofes em um processo que, facilitado pela proximidade geográfica e promovido pelas infraestruturas de mobilidade, estende os usos do espaço.

No entanto, apesar de Fortaleza carregar essas características de metrópole de um ponto de vista clássico do conceito, as regiões metropolitanas do Brasil são instituídas a partir de critérios muito menos literais, ou orgânicos. Na verdade, como afirmam Costa e Tsukumo (2013), existem regiões metropolitanas brasileiras que sequer possuem uma metrópole vinculada. Resultam, na verdade, de estratégias baseadas em interesses político-administrativos de cada momento, visando otimizar a gestão e a distribuição de recursos por meio de um agrupamento, ou regionalização, para direcionar um planejamento integrado.

Assim, a Região Metropolitana de Fortaleza foi planejada pela primeira vez pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), em 1972, com o objetivo de organizar e desenvolver a capital para atender às demandas de uma grande cidade. O PLANDIRF apoiou-se no Plano Nacional de Habitação organizado pelo governo da Ditadura Militar, que visava o ordenamento das capitais brasileiras em direção ao progresso urbano, superando obstáculos como as favelas. Nesse período, investimentos foram aplicados em Fortaleza para a criação de conjuntos habitacionais, como o José Walter e o Esperança (que, depois, evoluíram para bairros), para incentivar a ocupação da periferia no rumo de municípios limítrofes, impulsionando a expansão horizontal da cidade e descongestionando a valorizada área central (Máximo; Lopes, 2013). Posteriormente, a RMF foi oficialmente instituída pela Lei Federal nº. 14/73, que incluiu os municípios Fortaleza, Caucaia, Maranguape, e Aquiraz. Em 1986, Maracanaú, então emancipado de Maranguape, foi incluído. A inclusão de Maracanaú à RMF ocorreu em paralelo a um momento de investimento industrial no município que deu origem à zona industrial hoje estabelecida. Em seguida, no ano de 1991, Eusébio e Guaiúba, desmembrados, respectivamente, de Aquiraz e Pacatuba, são incluídos. Também emancipada de Pacatuba, Itaitinga é adicionada à RMF em 1995. Em 1999, são inseridos os municípios de Horizonte, Pacajus, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante. Eusébio, Itaitinga, Horizonte, Pacajus e Chorozinho são acrescentados em resposta ao desenvolvimento do corredor industrial da BR-116 durante os anos 1990, fomentado pela guerra fiscal, que forçou a descentralização industrial e, consequentemente, a demanda por habitação e serviços. São Gonçalo do Amarante, por sua vez, é adicionado em decorrência da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Em 2009, diante do potencial imobiliário e turístico, Cascavel e Pindoretama foram integradas. A organização atual da Região Metropolitana de Fortaleza (com localização dentro do estado do Ceará ilustrada na Figura 1)

foi definida pela Lei Complementar Estadual N° 154, de 20 de outubro de 2015, que incluiu os municípios de Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi.

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: IPECE, 2023

Para analisar a concretização das consequências da reestruturação produtiva na RMF, é importante perceber os eixos de expansão da indústria que se estabeleceram. As zonas industriais tradicionais de Fortaleza se consolidaram na própria capital no decorrer da história da industrialização local, com empresas se concentrando ao longo das estruturas ferroviárias, nas localidades da Parangaba e Jacarecanga, e nas proximidades da área portuária da cidade, no Mucuripe (Pequeno, 2008). As zonas industriais modernas surgiram quando momentos de ruptura nas dinâmicas vigentes demandaram novas espacializações para os circuitos produtivos. Primeiro, no final dos anos 1960, o Distrito Industrial de Fortaleza, em Maracanaú, é construído e passa a constituir uma nova centralidade produtiva. Essa zona industrial se estabeleceu durante a já descrita segunda fase da industrialização cearense, inspirada em outros distritos industriais no mundo que representavam uma medida desenvolvimentista baseada nas vantagens da produção em um aglomerado estruturado para a atividade industrial. O Distrito Industrial em Maracanaú foi ampliado com a construção de duas etapas no período de influência das estratégias da reestruturação em curso a partir dos anos 1980, sendo o Distrito Industrial II inaugurado em 1988 e o Distrito Industrial III inaugurado em 1994.

O eixo Caucaia também se desenvolveu como um eixo de expansão industrial em duas conjunturas: primeiramente, com os investimentos e incentivos para a industrialização da era SUDENE ao longo dos anos 60 e 70; em segundo momento, com as estratégias de descentralização, quando o Complexo Industrial e Portuário do Pecém é construído, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, intensificando a industrialização da RMF e instituindo uma nova estrutura de recebimento e escoamento de produção, uma vez que, até então, só se contava com o Porto do Mucuripe.

Outro eixo de expansão próprio do momento de reestruturação produtiva se desenvolveu ao longo da BR-116, rumo aos municípios Horizonte e Pacajus. Inclui-se também nesse grupo, Eusébio, apesar do município ser acessado também por outras rodovias. As medidas de descentralização industrial, encabeçadas pela estratégia de incentivos fiscais, levaram diversas empresas para o corredor Horizonte - Pacajus a partir do final dos anos 1980 (DE OLIVEIRA, 2007). Em Horizonte, se destacam a indústria têxtil e a calçadista, com empresas como Santana Têxtil e Vulcabrás. Itaitinga cresce gradualmente como núcleo de centros de distribuição e logística. Em Pacajus, se concentraram as agroindústrias de alimentos, como a Jandaia (Sucos do Brasil). Eusébio também teve um investimento maior na agroindústria de alimentos, abrigando a Três Corações e a M. Dias Branco, duas das maiores empresas do ramo alimentício no país.

Ao passo que o capital reorganiza a distribuição dos fixos no espaço para viabilizar a superação das crises, a sobrevivência das empresas e a maximização dos lucros, a Região Metropolitana de Fortaleza vai, nesse processo sintetizado nos últimos parágrafos, se adaptando em diversos níveis. Para a implantação de novas empresas na composição das zonas industriais modernas ser possível, diversos agentes promovem a reprodução do espaço e a transformação da sociedade no entorno dessas estruturas. O Estado, o capital industrial, o setor imobiliário e o de serviços se somam em um emaranhado de interdependências que rearranjam o trabalho e o espaço.

### **3.1 O Estado como agente: fixos, fluxos e a mobilidade do trabalhador**

O Estado, como explicado por Corrêa (1989), é um dos agentes modeladores do espaço. Para a industrialização cearense, o poder público prestou esse papel em diversos aspectos e em diversos momentos. Para organizar a reflexão acerca dos movimentos executados pelo poder público na reestruturação da RMF, é possível conceber as ações do Estado em duas categorias: a dos investimentos em infraestruturas para os fixos e a do investimento em iniciativas facilitadoras dos fluxos.

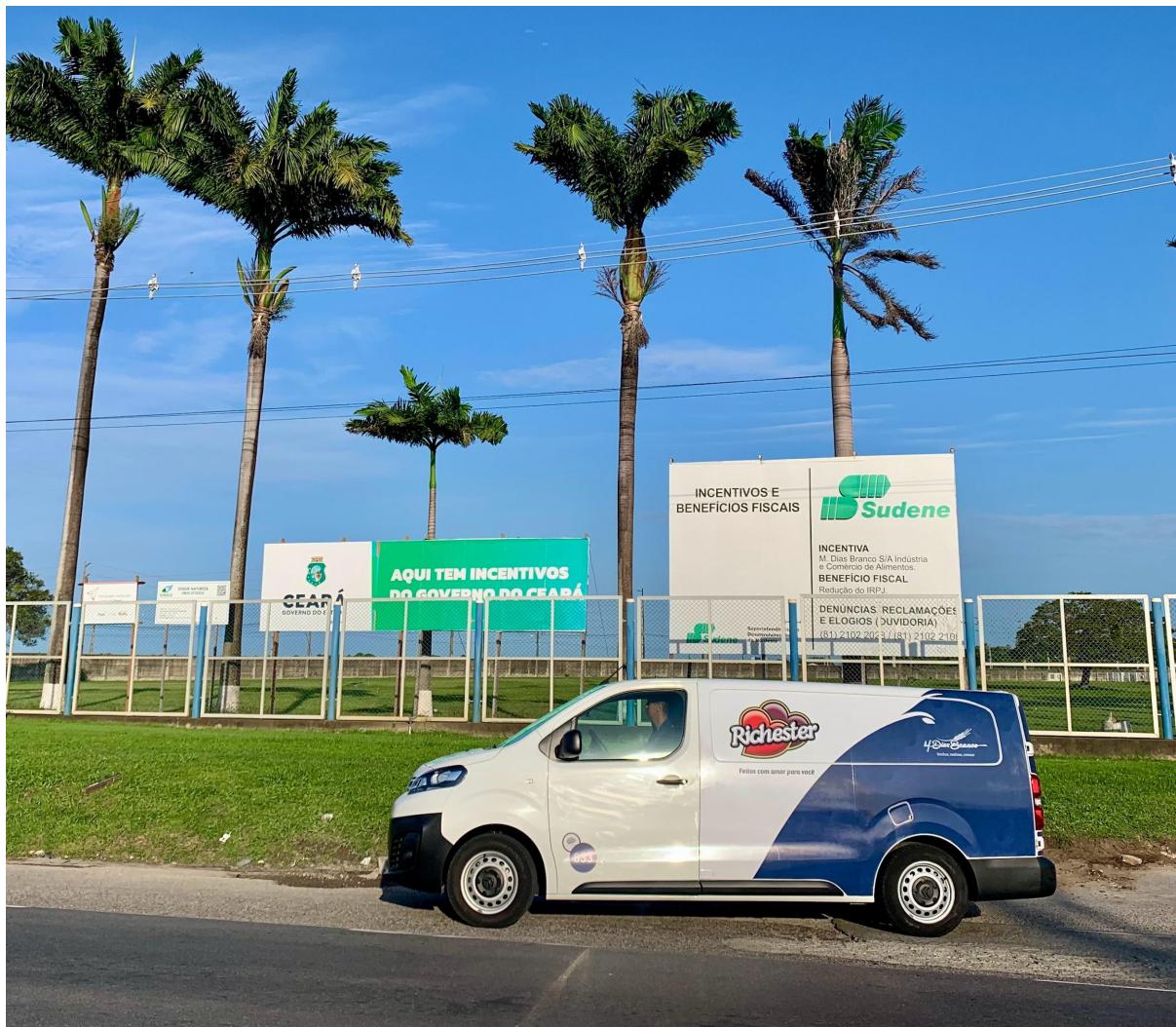
Entendendo que, no contexto da composição do espaço urbano industrial, o fixos são, de acordo com o elaborado por Santos (1988), as estruturas físicas necessárias para a instalação das indústrias — como os prédios das fábricas e escritórios, máquinas e equipamentos, além de estradas, abastecimento de água e energia elétrica —, é lógico deduzir que a ação do Estado seja basal no condicionamento da implantação de empresas. A SUDENE, como discorrido anteriormente, teve um papel importante como ferramenta do Estado para viabilizar os primeiros passos da industrialização do Nordeste, em boa parte através de um artifício que conduz a instalação e redistribuição de fixos (fábricas) na Região Metropolitana de Fortaleza até os dias atuais: os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais são benefícios concedidos pela administração pública como forma de, entre outras formas de condicionamento da produção, atrair empresas para um determinado território, buscando criação de postos de trabalho e circulação da economia no geral. As formas desses benefícios são diversas. Exemplos de aplicação de incentivo fiscal no Ceará são o abatimento de uma porcentagem de impostos, como o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), e a oferta de condições especiais de empréstimos. No contexto inicial do desenvolvimento da indústria no Ceará, isso foi essencial para atrair empresas que antes se concentravam, principalmente, no Sudeste do país; na RMF, no contexto atual da

reestruturação produtiva, essa estratégia é utilizada no contínuo processo de descentralização e relocalização da indústria. A M. Dias Branco, por exemplo, conta com incentivos fiscais para manter a Fábrica Fortaleza, que um dia se localizou nas redondezas da Praia de Iracema (região central de Fortaleza), funcionando na sua localização atual, no Km 18 da BR-116. Um outro exemplo mais recente dessa dinâmica é a gradual desativação da fábrica de cachaças Ypióca no bairro Messejana para realocação da produção em uma nova estrutura construída no Km 20 da BR-116. Nesse caso, o grupo britânico Diageo, que adquiriu a marca Ypióca, foi atraído para o município de Itaitinga por incentivos fiscais e, em 2023 centralizou a produção da Ypióca e de outras marcas de destilados que compõem o portfólio do grupo na nova instalação.

Durante as etapas iniciais da presente pesquisa, havia uma dúvida acerca do entendimento da dinâmica de descentralização e relocalização baseada nos benefícios de realizar tal movimento: dentre as agroindústrias de alimentos, por que os moinhos (J. Macêdo, Grande Moinho Cearense e M. Dias Branco) permaneceram funcionando na zona industrial tradicional do Mucuripe?; e por que a CIONE e a Amêndoas do Brasil, outras agroindústrias de alimentos observadas no processo de construção da pesquisa, permanecem na Mister Hull, em uma localidade que, de certa forma, faz parte do raio de difusão do eixo tradicional composto pela Jacarecanga e a Avenida Francisco Sá? Para o caso dos moinhos, a resposta veio rapidamente na leitura e nas entrevistas aplicadas. O trigo utilizado pelas empresas desse ramo historicamente vem de fora, em sua maior parte. Isso porque o Brasil não é autossuficiente na produção de trigo. Nos dias atuais, existe uma produção significativa de trigo nacional no Cerrado brasileiro, em Minas Gerais e no Sul do país, mas a demanda precisa ser completada com importação do insumo produzido em outros países, como Argentina, Chile, Paraguai, Canadá e, por vezes, Estados Unidos (Souza; Vieira Filho, 2022). Sendo assim, permanecer nas proximidades do Porto do Mucuripe é estratégico, pois, além encurtar o caminho entre o recebimento do trigo que chega nos navios até os moinhos, as empresas ainda se beneficiam das estruturas de galpões de armazenamento existentes no complexo. Em entrevista aplicada em uma visita guiada à Grande Moinho Cearense, no ano de 2019, acessamos a informação de que esses galpões de armazenamento são compartilhados pelas três empresas de moagem referidas para diminuir custos. A funcionária responsável pela condução da visita informou que por cada hora que o navio cargueiro que chega com o trigo fica parado no porto esperando que a empresa retire sua mercadoria, o valor do frete aumenta, pois existe uma espécie de taxa para ocupar a vaga no porto. Assim, as empresas concordam em agilizar o descarregamento de todo o trigo em unidades de

armazenamento compartilhadas, dividem entre si o aluguel dos galpões e silos, de maneira que os custos diminuem e, logicamente, os lucros são otimizados. De outro modo, o navio só poderia ser esvaziado conforme a produção fosse sendo executada, vagando espaço de armazenamento. No que diz respeito à CIONE, foi possível deduzir que não se buscou a relocalização com intuito de acessar incentivos fiscais pelo porte. Em entrevista aplicada com um funcionário da CIONE em 2024, perguntamos por qual motivo a empresa não considerava a estratégia de relocalização em municípios da RMF com oferta de incentivos para a instalação. A resposta foi que o alto investimento em uma nova estrutura não é um movimento que faz sentido para a empresa no momento. Observando as agroindústrias enfocadas como um todo e refletindo sobre essa informação do representante da CIONE, foi possível entender que esse movimento, ainda que gere lucro, precisa, realmente, de um investimento inicial considerável. Nesse sentido, o que se apresentou como condições determinantes para a exequibilidade ou não dessa estratégia foi: a agroindústria de capital fechado ou que não faz parte de um grupo (CIONE e Amêndoas do Brasil), não acessa a estratégia pelo seu porte e nível de investimento; já as empresas que se beneficiam, têm capital aberto, como a Fábrica Fortaleza, ou, se não, fazem parte de grupos empresariais, como a Betânia Lácteos (grupo Alvoar), a Três Corações (grupo 3Corações) e Ypióca (grupo Diageo). Os dados sobre os incentivos fiscais acessados pelas empresas são publicados em documentos (relatórios e demonstrativos financeiros), expostos em placas nos prédios das fábricas e socializados nas páginas de acesso à informação dos sites de algumas delas. A exposição em placas (Figura 2) é uma obrigatoriedade legal e é uma ferramenta de transparência para a sociedade.

Figura 2: Placa expositiva dos incentivos fiscais na Fábrica Fortaleza.



Fonte: Autor, 2025.

Para a M. Dias Branco, que é uma empresa de capital aberto, os incentivos fiscais gozados pela empresa são divulgados, também, como um atrativo para os stakeholders (termo em inglês para se referir às partes interessadas em um negócio), uma vez que representam maximização de lucros e, em alguns casos, demonstração de responsabilidade social. Vale reforçar que as empresas acessam incentivos fiscais de outras naturezas, mas os benefícios condicionados pelo funcionamento em uma localização específica foram destacados para atender os objetivos da pesquisa.

Quadro 1<sup>2</sup>: Análise de agroindústrias pelo porte e incentivos fiscais para funcionamento em área específica em 2024

Empresa	Se localiza em uma Zona Industrial Tradicional (ZIT) ou é Descentralizada?	Faz parte de um grupo empresarial?	Tipo de capital	Porte <sup>3</sup>	Se beneficia de incentivos fiscais de funcionamento em área específica?
Betânia Lácteos	Descentralizada - Morada Nova (CE)	Sim - Alvoar Lácteos	Fechado	Grande	Sim
CIONE	ZIT - Fortaleza (CE)	Não	Fechado	Médio	Não
Fábrica Fortaleza	Descentralizada - Eusébio (CE)	Sim - M. Dias Branco	Aberto	Grande	Sim
Grande Moinho Cearense	ZIT - Fortaleza (CE)	Não	Fechado	Grande	Não
Moinho Dona Benta	ZIT - Fortaleza (CE)	Sim - J. Macêdo	Fechado	Grande	Não
Três Corações	Descentralizada - Eusébio (CE)	Sim - 3Corações	Fechado	Grande	Sim
Ypióca	Descentralizada - Itaitinga(CE)	Sim - Diageo	Fechado	Grande	Sim

Fonte: adaptado pelo autor com dados dos sites das empresas, SEFAZ, BNDES, Receita Federal do Brasil, 2024.

<sup>2</sup> O Quadro 1 relaciona o porte das empresas e sua localização com o acesso ou não a incentivos fiscais referentes ao funcionamento em uma localidade específica. As empresas selecionadas são agroindústrias de alimentos observadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa devido à sua presença na Região Metropolitana de Fortaleza, sem um critério mais específico.

<sup>3</sup> A definição do porte das empresas foi dada de acordo com a consulta de classificação do SEBRAE e de Muniz (2014).

Para além de intervir no processo de atrair as empresas a instalarem seus postos de produção em determinado território, o Estado atua também essencialmente para mantê-las nos locais. Isso porque para as empresas funcionarem e lucrarem, são necessárias estruturas essenciais, cuja responsabilidade de instalação e manutenção é dos governos (federais, estaduais ou municipais). São necessárias estruturas rodoviárias eficientes para receber matéria prima e escoar produtos e estruturas portuárias e aeroportuárias para recebimento e escoamento de importações e exportações. Concordando com o elaborado por Rippel, Vicelli e von Dentz (2022), as infraestruturas de transporte e a industrialização são processos indissociáveis, com dinâmicas recíprocas, uma vez que a qualidade do transporte tem efeitos diretos sobre a produtividade.

Assim, para os eixos produtivos analisados nessa pesquisa, algumas dessas estruturas se destacaram como mais relevantes para o funcionamento das indústrias observadas: para o eixo de expansão Eusébio-Itaitinga-Horizonte-Pacajus, a BR-116, que liga os municípios à Fortaleza, ao Aeroporto Internacional Pinto Martins e ao resto do país no sentido sul, além da CE-010 e o Anel Viário, que também são vias para chegar ao Porto do Mucuripe e o Porto do Pecém; no eixo de Maracanaú, a Avenida Anel Viário, que liga o município a Fortaleza, a Caucaia e a BR-116; para o eixo da Caucaia, a BR-222, que liga o município a Fortaleza, a BR-020, que liga o município ao Anel Viário e sua rede de acessos, e a CE-085, que liga o Porto do Pecém às demais rodovias citadas. O Porto do Mucuripe e a zona industrial tradicional de Fortaleza contam, atualmente, com a CE-010, que liga o equipamento à BR-116 e ao Anel Viário e, assim, às outras rodovias. (Figura 3)

Figura 3: Mapa de rodovias da cidade de Fortaleza.



Fonte: DETRAN CE, 2016.

O Anel Viário é uma importante estrutura pois funciona como elo entre um conjunto de rodovias cruciais para a execução dos circuitos produtivos na Região Metropolitana de Fortaleza. Esse conjunto, formado pelas rodovias estaduais CE-010, CE-040, CE-060, CE-065, CE-085 e as federais BR-116 e BR-222, viabiliza um fluxo de integração entre os principais polos produtivos da RMF e destes para os portos, destes para o aeroporto, destes para o interior do estado, e destes para outros estados do país via rodovias. O Anel Viário de Fortaleza já havia sido concebido pelo PLANDIRF em 1972, mas o início das obras de construção da estrutura só se deu, pelo Governo do Estado do Ceará, quase quarenta anos depois, no ano de 2010, durante o governo Cid Gomes (na época, filiado ao PSB). A proposta era implementar uma rodovia capaz de ligar a capital aos municípios limítrofes da RMF com maior eficiência garantida pelo fato da rodovia ser perimetral a cidade (não adentrando o centro, mas conectada por vias de penetração), o que permite, além da locomoção mais fluida, a otimização da circulação de cargas pesadas em vias próprias para esse fim. A obra, cuja previsão de conclusão era de dois anos, vem tendo sua conclusão atrasada vez após vez

desde então, com a discussão acerca da entrega da estrutura completa tendo sido usada sucessivamente como artifício político ao longo dos anos. Hoje, o governo Elmano de Freitas (PT), que assumiu o governo do estado em 2023, promete a conclusão das obras para o ano de 2025.

Já os fluxos podem ser entendidos como os processos dinâmicos, os movimentos que ocorrem ao longo das estruturas fixas para permitir o fluir dos circuitos produtivos. Fluxos se traduzem, por exemplo, nas fontes de energia que permitem o funcionamento das máquinas, nos próprios fluxos de trabalho executados pelas máquinas e pelos trabalhadores dentro das fábricas, no transporte de produtos e pessoas e no fluxo de informações necessárias para que as técnicas demandadas para executar as etapas produtivas sejam aplicadas. Nesse sentido, alguns investimentos públicos se destacam no desenvolvimento industrial na Região Metropolitana de Fortaleza.

Quanto ao transporte de produtos, o Estado se envolve muito mais na oferta dos fixos para que as empresas possam, por conta própria, realizar o transporte de suas mercadorias. Mas no que diz respeito ao transporte de pessoas, o poder público tem responsabilidades mais complexas. Antes de tudo, porque a garantia de transporte para o atendimento das necessidades da população é um direito social previsto pela Constituição Federal do Brasil (1988). Sendo assim, os trabalhadores que precisam chegar a essas empresas para garantir que a produção industrial exista, devem, em teoria, ser amparados por meios de transporte público eficientes. Dentro de Fortaleza, ao longo das décadas, o sistema de transporte público vem em evolução constante no que diz respeito à abrangência de localidades por linhas de ônibus operadas pela ETUFOR (Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza), que atualmente conta com oito terminais de integração espalhados pela capital e com mais de trezentas linhas. Os sistemas de locomoção se tornam complicados quando a dinâmica metropolitana demanda itinerários intermunicipais. Como já explanado na seção em que tratamos do arranjo da Região Metropolitana de Fortaleza, a indução do crescimento dos municípios vizinhos à capital encurtou as distâncias e a descentralização das empresas, em paralelo, tornou comum que os cidadãos residam em um município diferente do que trabalham. Além disso, o desenvolvimento desigual dentro da Região Metropolitana ainda faz com que o deslocamento para acessar certos serviços na capital seja constante. Em bairros limítrofes, por exemplo, se sofre com a descontinuidade da abrangência dos serviços, que se concentram nos centros e não chegam às bordas.

Enquanto a ETUFOR é uma empresa pública, subordinada da Prefeitura Municipal de Fortaleza, as empresas de transporte que oferecem as linhas intermunicipais para os

municípios que integram os eixos produtivos enfocados são empresas privadas que atuam junto às prefeituras ou ao Governo do Estado do Ceará via licitação. No sentido Caucaia, as linhas de ônibus são operadas pela viação Vitória. Para os municípios do eixo de expansão da BR-116 (Eusébio, Itaitinga, Horizonte e Pacajus), o serviço é prestado pela Crateús, que ganhou a licitação para a prestação de serviço em 2024, após muitos anos com a viação São Benedito. Já em Maracanaú, a responsável por operar as linhas de ônibus é a Via Metro. Essa diferença na natureza das empresas talvez explique porque as linhas intermunicipais têm uma abrangência menos ampla, partindo do pressuposto de que as empresas públicas têm uma menor preocupação com metas e lucro e uma maior responsabilidade com a garantia de acesso universal. As cooperativas de transporte alternativo operam com vans (as chamadas topiques) para contemplar a demanda, de forma que as opções dos usuários aumentam. Alguns exemplos são a Coopertec na Caucaia, a Cotrami na Itaitinga, a Cotache em Horizonte e a Cotralp em Pacajus. No entanto, muitos dos carros que circulam pelas cooperativas, além de funcionarem em horários limitados (dificilmente ultrapassam as 20h) não possuem sistema de leitura de cartões vale-transporte, o que dificulta a mobilidade, o uso de benefícios pelos usuários e impossibilita a integração de viagens.

Ainda no sentido da mobilidade, a criação do Metrofor, com linhas intermunicipais, foi uma importante ação do Estado no sentido da otimização de trajetos. Os metrôs da Linha Sul fazem um trajeto que liga Fortaleza a Pacatuba, passando por Maracanaú. Já a Linha Oeste liga Fortaleza a Caucaia. Juntas, segundo relatório de demanda do Metrofor, referente à 2023, essas linhas transportam mais de quarenta mil passageiros por dia, em média.

Apesar desses meios existirem, o transporte ainda é um problema de integração por parte do poder público da Região Metropolitana de Fortaleza. Grandes empresas, como a M.Dias Branco, têm adotado o oferecimento de linhas de ônibus fretados para realizar o transporte de funcionários. Essa lógica é utilizada, principalmente, por empresas que se localizam distanciadas do centro da capital como estratégia para driblar os impasses de conexão entre os locais de residência dos funcionários e o local de trabalho, otimizando o movimento pendular demandado. Exemplos são a Aeris Energy no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o Beach Park em Aquiraz, a Fábrica Fortaleza em Eusébio, dentre outras. Isso porque o uso de fretados para realizar trajetos diretos até a empresa não só pode custar menos que oferecer vale-transporte individual em empresas com muitos colaboradores, como também previne atrasos e otimiza a produtividade por padronizar a chegada e saída de pessoal. A M. Dias Branco até recentemente possuía ônibus antigos para fazer esse serviço e, em vez de renovar a frota, terceirizaram o serviço por volta do ano de 2018. Hoje, os fretados

da Fábrica Fortaleza são alugados com a empresa de transportes Gertaxi. Os motoristas que dirigiam os ônibus da empresa foram dispensados, conforme relato de um ex-motorista em entrevista realizada no ano de 2021.

A participação do poder público na construção dos fluxos que fazem parte dos circuitos produtivos das agroindústrias de alimentos na Região Metropolitana de Fortaleza também se exprime no sistema público de educação. Uma das características do mercado de trabalho no momento atual do capitalismo é a demanda por profissionais qualificados e, nesse sentido, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), geridas pelo Governo do Estado do Ceará, têm um papel ativo na formação de pessoas de maneira direcionada para o desenvolvimento da economia cearense. Essas escolas combinam os três anos do Ensino Médio com a qualificação técnica paralela na área que o aluno escolhe dentre as carreiras disponíveis na escola em questão. É interessante ressaltar que os cursos técnicos oferecidos não são cursos padrão para toda a rede, as opções oferecidas variam de escola para escola. A Secretaria de Educação do Estado do Ceará aponta como critério para a escolha dos cursos as características socioeconômicas dos municípios contemplados. No Quadro 2, visualiza-se a sistematização das informações acerca das EEEP, suas localizações, cursos ofertados e empreendimentos locais que se busca atender.

Quadro 2<sup>4</sup>: EEEP na RMF: cursos e investimentos locais

Localização	Escola	Cursos técnicos oferecidos	Empreendimentos expressivos no entorno <sup>5</sup>
Aquiraz	EEEP Professora Alda Façanha	Edificações, Eletrotécnica, Hospedagem e Multimídia.	Condomínios e outras estruturas do mercado da vilegiatura marítima, como <i>condoresorts</i> e parques aquáticos.
Caucaia	EEEP Professor Antônio Valmir da Silva	Edificações, Eletrotécnica, Guia de Turismo e	Construtoras; pedreiras; comércio; serviços.

<sup>4</sup> Em função da otimização da visualização do Quadro 2, somente uma EEEP da capital Fortaleza foi destacada entre as vinte e uma existentes. O critério para seleção da escola apresentada foi a proximidade com empreendimentos enfocados pela pesquisa.

<sup>5</sup> A percepção de expressividade dos empreendimentos vem de uma junção de observação, verificação no RAIS do número de vínculos e empreendimentos por setor (CNAE) nos municípios e consulta a sites que compilam dados da Receita Federal sobre faturamento das empresas para gerar rankings municipais (Econodata e EmpresAqui).

		Multimídia.	
Caucaia	EEEP Professora Marly Ferreira Martins	Desenvolvimento de Sistemas; Enfermagem; Hospedagem; Redes de Sistemas.	Construtoras; pedreiras; comércio; serviços.
Cascavel	EEEP Edson Queiroz	Agroindústria; Enfermagem; Guia de Turismo; Informática.	Empreendimentos imobiliários; hotelaria; agroindústria de alimentos.
Chorozinho	-	-	-
Eusébio	EEEP Eusébio de Queiroz	Biotecnologia; Eletromecânica; Química; Multimídia.	Grandes agroindústrias de alimentos; investimento do setor imobiliário.
Fortaleza	EEEP Mariza Angela da Silveira Borges	Administração; Informática; Petróleo e Gás; Portos.	Beneficiamento de petróleo e gás; porto do Mucuripe; moinhos (Moinho Dias Branco, Grande Moinho Cearense e J. Macêdo).
Guaiúba	EEEP José Ivanilton Nocrato	Administração; Agropecuária; Informática; Química.	Fábricas de produtos agropecuários; fábrica de colchões; fábrica de tintas.
Horizonte	EEEP Maria Dolores Alcântara e Silva	Agronegócio; Enfermagem; Finanças; Informática.	Fábrica de calçados; construtoras; granjas e outras agroindústrias de alimentos e bebidas; securitizadora de crédito.
Itaitinga	EEEP Professor Francisco Aristóteles de Souza	Administração; Informática; Logística; Redes de Computadores.	Distribuidoras; construtoras; agroindústria de alimentos e bebidas.

Maracanaú	EEEP Professor Luiz Gonzaga da Fonseca Mota	Administração; Contabilidade; Rede de Computadores	Confecção têxtil; geração de energia renovável; soluções para agropecuária; comércio com foco em vestuário.
Maracanaú	EEEP Maria Carmem Vieira Moreira	Química; Secretariado; Têxtil e Vestuário.	Confecção têxtil; geração de energia renovável; soluções para agropecuária; comércio com foco em vestuário.
Maranguape	EEEP Salaberga Torquato Gomes de Matos	Enfermagem; Informática; Meio Ambiente e Administração.	Confecção têxtil; entretenimento/turismo natural; empreendimentos imobiliários
Pacajus	EEEP José Maria Falcão	Administração; Agronegócio; Enfermagem; Comércio; Informática; Secretaria Escolar	Shopping; granjas e outras agroindústria de alimentos.
Pacatuba	EEEP Professora Luiza de Teodoro Vieira	Informática; Logística; Enfermagem.	Agroindústrias de alimentos; fábricas têxteis; construtoras.
Pacatuba	Raimundo Célio Rodrigues	Administração; Automação; Eletromecânica; Informática.	Agroindústrias de alimentos; fábricas têxteis; construtoras.
Paracuru	-	-	-
Paraipaba	EEEP Flávio Gomes Granjeiro	Administração; Agroindústria; Guia de Turismo.	Agroindústrias de alimentos; construtoras; empreendimentos de hotelaria e turismo.
Pindoretama	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	EEEP Walter Ramos de Araújo	Administração; Desenho de construção civil; Energias	Siderurgia; construtoras; operação portuária; gases industriais.

		Renováveis; Informática.	
Trairi	EEEP José Ribeiro Damasceno	Administração; Edificações; Eletrônica; Informática	Geração de energia renovável; agroindústrias; empreendimentos de turismo.

Fonte: elaborado pelo autor utilizando informações da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), 2024

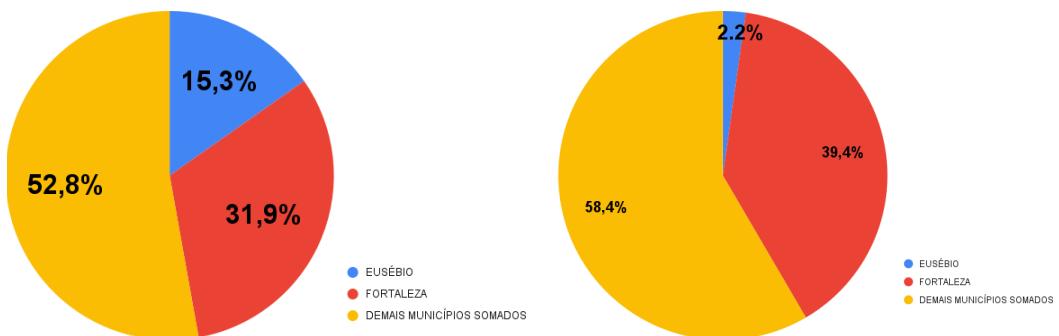
Essa conjuntura evidencia as interdependências entre o poder público e o capital privado no processo de industrialização, na continuidade dos circuitos produtivos e no desenvolvimento econômico em geral. Por exemplo, Eusébio, que comporta a Fábrica Fortaleza e a Três Corações, duas gigantes do ramo alimentício, tem na Escola Estadual de Ensino Profissionalizante os cursos técnicos em Biotecnologia, Eletromecânica, Química e Multimídia. Para uma agroindústria de alimentos, todas essas áreas de estudo são aproveitáveis, seja no monitoramento de máquinas, produção de conteúdo publicitário para o marketing da empresa, controle de qualidade ou elaboração de produtos. Em Itaitinga, município que abriga o centro de distribuição da multinacional Amazon no Ceará e que, em 2025, ficou em primeiro lugar no ranking que listou os municípios do Nordeste com maior área de galpões de logística (Ximenes, 2024), os cursos ofertados pela EEEP Professor Francisco Aristóteles de Souza são Administração, Informática, Logística e Redes de Computadores. Para este trabalho, o nível de aprofundamento neste tópico não deu conta de verificar a efetividade da absorção pelo mercado de trabalho desses profissionais que saem do ensino médio qualificados com uma formação de grau técnico, mas é uma análise interessante para os próximos passos da pesquisa.

#### **4 O GRUPO M. DIAS BRANCO E A FÁBRICA FORTALEZA**

É pertinente relembrar que a indústria no Ceará se desenvolveu em torno da matéria prima. Nesse sentido, a M. Dias Branco se destaca por ter se estabelecido no Ceará fabricando produtos derivados do trigo, cultura que nunca foi lavrada no Nordeste. Esse fato afasta a empresa das complexidades em torno da relação campo-cidade, que a agroindústria, em outros casos, promoveria com maior importância para o contexto local, mas a ligação direta com a globalização de comportamentos alimentares aumenta a profundidade dos

processos no sentido da logística e adaptação no mercado. Dessa maneira, a empresa apresenta ao longo de sua história circuitos produtivos e dinâmicas organizacionais particulares no contexto local, com suas estratégias de espacialização produzindo impactos multiescalares. Um exemplo dessas repercussões é a concentração de empregos no ramo com a presença da Fábrica Fortaleza, pois com uma das maiores plantas industriais do país, cerca de 4000 funcionários (em dados de 2023), e sendo o maior estabelecimento do município, a presença da instalação é motivo preponderante para que, atualmente, Eusébio gere mais de 15% dos empregos na fabricação de produtos alimentícios de todo o estado do Ceará. E essa concentração de vínculos empregatícios fica mais evidente se considerado o fato de que o número relativo de estabelecimentos do ramo no município não é tão expressivo quanto os de empregos gerados. No Gráfico 1, observa-se, à esquerda os empregos gerados pela fabricação de produtos alimentícios em Eusébio; à direita, os estabelecimentos em funcionamento neste mesmo segmento.

Gráfico 1: Comparativo entre Empregos e Estabelecimentos Ativos na Fabricação de Produtos Alimentícios em Eusébio-CE em relação aos demais municípios do Ceará (2023).



Fonte: MTE; RAIS, 2023

A M. Dias Brancos é uma empresa brasileira de produtos alimentícios fundada em 1936. Hoje a maior fabricante de massas alimentícias do país (NIELSEN, 2023, apud O POVO, 2023), a empresa começou com a aquisição pelo português Manuel Dias Branco da Padaria Imperial, que se localizava na rua Visconde do Rio Branco. Em 1951, a padaria passou a funcionar em um novo ponto, na rua João Cordeiro, próximo à Beira Mar, com o novo nome: Padaria Fortaleza. Em 1953, com a entrada de Ivens Dias Branco como sócio, a empresa teve uma transformação decisiva: a ideia de fabricar bolachas e macarrão. A bolacha Pepita se tornou o primeiro grande sucesso da empresa, que passou a ser popularmente

chamada de Fábrica Fortaleza e adotou o nome. A partir daí, a Fábrica Fortaleza passou a se adequar aos parâmetros dos novos padrões de produção que foram gradualmente alcançando. A mão de obra crescia, a modernização de maquinário era demandada, estratégias de mercado precisavam ser adotadas e o espaço ocupado pela fábrica crescia. Foi nessa cadência que, em 1962, a fábrica já ocupava meio quarteirão; em 1960 o mascote “Fortinho” era criado para se adequar a estratégias de marketing; e de, 1962 a 1972, já tinha inserido no portfólio marcas de sucesso, como o macarrão Faixa Dourada, a bolacha Petit Beure e a Creme Cracker (que posteriormente foi nomeada Cream Cracker visando a exportação do produto). Essa última se tornou o primeiro produto da empresa a ser distribuído para outras regiões do país.

Dessa maneira, a localização da empresa no centro da capital passou a não fazer mais sentido. Ao passo que a cidade crescia, com densidade de ocupação no centro aumentando, juntamente com a especulação imobiliária e a transformação dos usos do espaço urbano ao longo dos anos 1960 e 1970, a produção da empresa também passava a precisar de uma instalação maior (VILAS-BOAS, 2013). Essa conjuntura se soma à fase de descentralização industrial demandada pela já descrita reestruturação capitalista, aqui fomentada por incentivos fiscais, para resultar na mudança para a localização atual da produção da Fábrica Fortaleza, no Km 18 da BR-116, em Eusébio. Indo contra a tendência de realocar a produção e manter a administração na metrópole, a gerência da M. Dias Branco também se concentrou na Fábrica Fortaleza, em Eusébio.

Dos anos 1990 em diante, a M. Dias Branco avançou com sucessivas estratégias que garantiram sua relevância no mercado e asseguraram sua competitividade em um momento em que a globalização dos mercados se intensificava com as práticas de F&A (Fusões e Aquisições), que tinham uma ação avassaladora sobre marcas menores, como foi o caso da aquisição temporária da Betânia Lácteos pela francesa Parmalat, em 2002. A M. Dias Branco ao se tornar um grupo para além da Fábrica Fortaleza fez um movimento fundamental para empresa nesse cenário. Ainda que nas bibliografias consultadas o momento e os termos dessa divisão sejam informações turvas, é possível dizer que a empresa se fortaleceu como grupo com a criação de marcas próprias, como a Richester, ao longo da sua história e se estabeleceu com a aquisição de marcas de massas já existentes, como a Adria, a partir de 2003.

A aquisição de empresas é uma tática de mercado muito benéfica para grupos empresariais maiores, pois permite que o grupo acesse um novo mercado sem aplicar recursos em um trabalho de marketing e sem subsidiar um período inicial sem lucros até conquistar um público, já que pode usar um nome já consolidado na localidade. Além disso, o

reaproveitamento das unidades produtivas e da mão de obra já existente é uma possibilidade vantajosa. Com a aquisição da Adria e da Isabela em 2003, a M. Dias Brancos expandiu a abrangência dos negócios para o Sul e Sudeste. Visando perpetuar o crescimento acelerado, a empresa adquiriu, em 2008, a Vitarella e a Pilar, estabelecidas em Pernambuco. Depois, entre 2011 e 2012, foi a vez de adquirir as concorrentes cearenses Estrela, Pellagio, Salsito (de Maracanaú), Predilleto e Bonsabor (de Aquiraz). Em 2018, a M. Dias Branco absorveu a fluminense Piraquê. Mais recentemente, entre 2021 e 2022, a empresa focou no mercado de *healthy food*, adquirindo as marcas sulistas Fit Food, Frontera, Smart e Jasmine. Adentrando o mercado sulamericano, em 2022, a empresa realizou sua primeira aquisição internacional, a marca de biscoitos Las Acácias, no Uruguai.

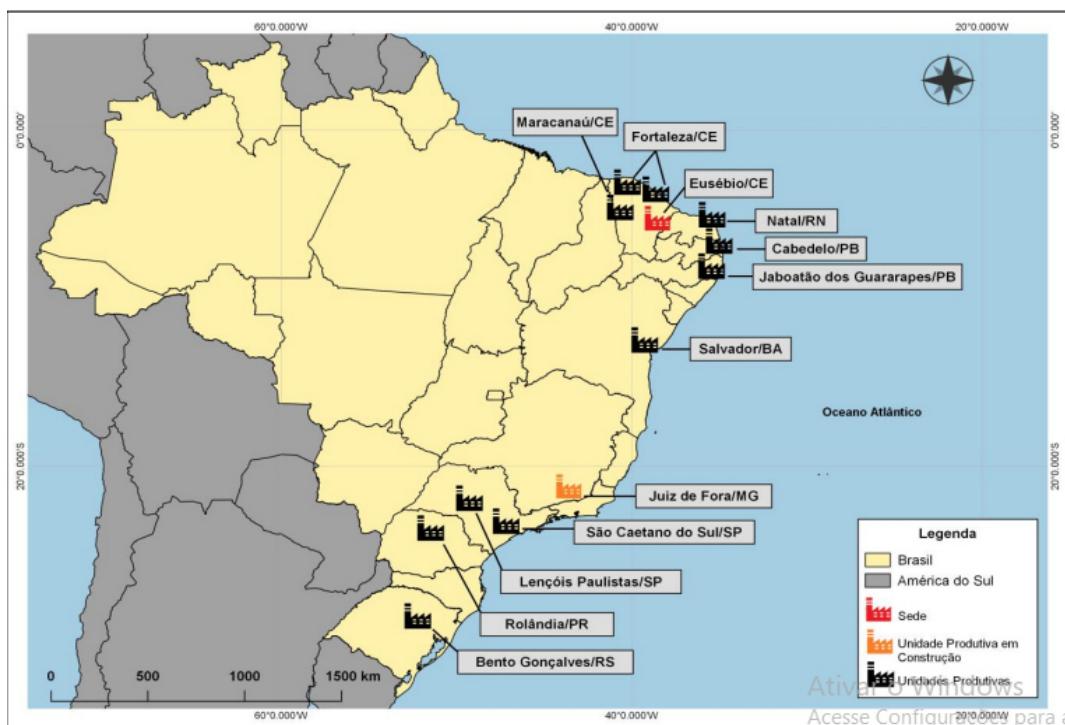
Igualmente importante para o estabelecimento da empresa enquanto grande grupo empresarial foi a abertura de capital, no ano de 2006, quando a M. Dias Branco abriu suas ações na bolsa de valores. Apesar da redução de autonomia da governança pela família que a abertura de capital representa, a empresa preserva a característica tradicional de gestão familiar, estando na terceira geração de diretores, atualmente com o neto do fundador Manoel Dias Branco, Ivens Dias Branco Jr. Hoje, no entanto, ainda não é certo para quem será passado o cargo em 2026, quando chega ao fim o mandato de Ivens Jr.

Para além da aquisição de marcas para intensificar a dominância no mercado alimentício, destacamos, ainda, quatro outras estratégias adotadas pela M. Dias Branco ao longo de sua história para estabelecer as dinâmicas atuais do circuito produtivo da empresa: a verticalização de etapas centrais da produção; a penetração em outros mercados para além do principal para expandir as possibilidades de lucro; o investimento em retorno socioambiental; e adequação a fase atual das tendências de alimentação.

Ainda que a horizontalização e a terceirização características da reestruturação produtiva (Muniz, 2019) estejam presentes em outras etapas — como a fabricação de embalagens, o transporte de funcionários, que passou a ser operado pelos fretados da Gertaxi, e os serviços de limpeza, que, em 2015, deixaram de ser empregos diretos da Fábrica Fortaleza e passaram a ser prestados pela terceirizada Top Service — a verticalização da produção de farinha de trigo, gordura vegetal e margarinas, além do transporte da pronta entrega de produtos para o varejo, é um diferencial importante da M. Dias Branco. Segundo a companhia, o nível de verticalização da produção alcançado em 2018 foi de fabricação interna de 85% da farinha de trigo e 98,7% da gordura vegetal utilizadas na produção das outras mercadorias do grupo. As gorduras são produzidas na instalação industrial Gorduras e Margarinas Especiais - GME tanto para a produção de outras mercadorias como para a venda.

O Moinho Dias Branco foi inaugurado em 1992 para produzir farinha de trigo e farelo de trigo, também para a venda e para o uso na produção dos produtos das marcas do grupo. Além desse, que foi o primeiro, a M. Dias Branco possui moinhos em mais seis unidades industriais: Natal (RN), Cabedelo (PB), Salvador (BA), Rolândia (PR), Bento Gonçalves (RS) e Eusébio (CE). Além das unidades com moinhos, a M. Dias Branco conta, ainda, com quatorze unidades industriais de produção de bolachas, massas, torradas, gorduras e margarinas (Figura 3) e 29 centros de distribuição, estendendo o alcance da competitividade e dos lucros da empresa no Brasil ao longo dos estados Maranhão, Piauí, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, além dos já citados Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. A moagem do trigo pela própria empresa permite que o controle de qualidade, aspecto essencial para uma empresa desse porte, seja mais eficaz.

Figura 3: Distribuição das unidades produtivas da M. Dias Branco no Brasil.



Fonte: BOMTEMPO, 2022.

A abertura do moinho de Eusébio, em 2015, dentro da Fábrica Fortaleza, foi uma estratégia de rearranjo espacial da empresa na Região Metropolitana de Fortaleza para dar conta da demanda por trigo para a produção interna. Após a aquisição das unidades em Maracanaú e Aquiraz, de 2011 a 2012, o trigo beneficiado no Moinho Dias Branco passou a

ser dividido entre: produção de farinha e farelo de trigo para venda (pelas marca Finna, na linha doméstica e pela marca Medalha de Ouro, na linha comercial), para a produção da Fábrica Fortaleza e para a produção nas unidades Maracanaú e Aquiraz.

A construção de mais um moinho na RMF e as consequentes mudanças nos fluxos da empresa geraram melhoria logística em alguns aspectos. A presença de um moinho para suprir a demanda da Fábrica Fortaleza na própria instalação diminui os gastos com o transporte de farinha de trigo do Moinho Dias Branco, em Fortaleza, para a Fábrica Fortaleza, em Eusébio, trajeto que, pela CE-010, tem mais de 30 quilômetros. Mesmo que o trigo integral ainda precise chegar do Porto do Mucuripe à Fábrica Fortaleza, a frequência do fluxo de carga é diminuída, uma vez que grandes silos de armazenamentos foram construídos em paralelo à edificação do novo moinho. Observando o antes e depois da construção do moinho, é evidente, na entrada da Fábrica Fortaleza, a diminuição das filas de caminhões que antes se formavam para fazer descarga de insumos. Além disso, aumentou, logicamente, a capacidade produtiva para subsidiar a expansão dos lucros.

A segunda das estratégias supracitadas como fundamentais para a expansão do grupo Dias Branco diante da competitividade do mercado globalizado e da reestruturação do capitalismo é o transbordamento de ramos pelo grupo. Para além das diversas marcas do ramo alimentício, o grupo M. Dias Branco tem se expandido para outros setores. Através da DIBRA Participações, fundada em 1990, o grupo administra a atuação em segmentos diferentes como os de cimento (a M. Dias Branco tem metade da empresa Apodi), aeródromo (administração da pista de pouso e decolagem de aeronaves existente na Fábrica Fortaleza) e construção civil (através da incorporadora Idibra). Nesse último setor, o grupo teve destaque nos últimos anos ao firmar parceria com a Alphaville Urbanismo para realizar a incorporação do residencial fechado de alto padrão Alphaville Ceará (também referido como Alphaville M. Dias Branco), em Eusébio. O empreendimento, que é um dos maiores desse tipo no país.

Em terceiro lugar, um dos aspectos da fase atual do capitalismo, principalmente para empresas de capital aberto, é a construção de imagem e a ideia de “retorno social”. Para as empresas de capital aberto, ações nesse sentido são uma resposta aos stakeholders da empresa, sobretudo aos acionistas, que valorizam a responsabilidade social e ambiental, principalmente, como garantias da imagem da empresa. A Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, no bairro Cais do Porto, compõe um dos investimentos dessa categoria, levando capacitações na área da gastronomia para uma comunidade vulnerável. Ao longo dos anos, o grupo Dias Branco participa e promove diversas iniciativas também no sentido da

sustentabilidade. Para além das boas práticas, essas ações funcionam como uma garantia para os investidores, já que são atitudes rentáveis, se considerado que atraem e retém clientes, aumentam a confiabilidade para parcerias e evitam problemas de reputação que podem resultar em prejuízos.

Por último, o anteriormente comentado interesse recente da empresa na aquisição de marcas de alimentos fit é um movimento interessante para finalizar esta análise das táticas de mercado a M. Dias Branco em alinhamento com as dinâmicas globais. O mercado da alimentação saudável faz parte de uma tendência moderna do mercado baseada no bem-estar. Facilitado pelo aprimoramento dos meios de comunicação, esse movimento se fortaleceu a partir da preocupação coletiva cada vez maior com problemas de saúde — nesse sentido, principalmente, com os que se agravaram com os hábitos alimentares das últimas décadas, como a obesidade causada por produtos industrializados ultraprocessados. Sendo pauta, inclusive, de intervenções do governo federal através do Ministério da Saúde, a busca por um estilo de vida mais saudável, promovido por atividades físicas e alimentação nutritiva, se tornou uma área explorada pelo capital. Na conjuntura atual das dinâmicas do capital, essas demandas reais são frequentemente encaradas como oportunidades de produção de soluções em forma de mercadoria, e, na era das redes sociais e dos influenciadores digitais, o estímulo ao consumo de determinados produtos e serviços vendidos como respostas para essas urgências é potencializado. No impulso dessa demanda construída, a M. Dias Branco se insere na competitividade por esse público-alvo com a adição ao portfólio do grupo das marcas Fit Food, Frontera, Smart e Jasmine a fim de ofertar opções consideradas mais saudáveis e que, inclusive, atendam ao público vegano.

#### **4.1 A Fábrica Fortaleza e sua repercussão socioespacial**

A Fábrica Fortaleza se localiza no Km 18 da BR-116, no encontro de três municípios: Eusébio, onde a fábrica fica de fato, Fortaleza e Itaitinga. Já comentamos a história da Fábrica Fortaleza, os circuitos produtivos do grupo Dias Branco e as dinâmicas da sua espacialização em uma escala macro, mas uma observação mais focada da Fábrica Fortaleza foi realizada com o intuito de entender de que maneira a presença de uma agroindústria desse porte influencia as dinâmicas socioespaciais no entorno imediato da edificação.

Para alcançar resultados mais específicos dessa importante unidade da M. Dias Branco, analisou-se o perfil do trabalhador em visita à Fábrica Fortaleza realizada junto à professora orientadora da pesquisa e o bairro Parque Dom Pedro (Figura 5), pertencente a

Itaitinga, foi escolhido como local de observação crítica e alvo de coleta de dados por sua proximidade com a fábrica.

Nos passos iniciais desse trabalho de pesquisa, teceu-se a hipótese de que a presença da Fábrica Fortaleza afetava diretamente a dinâmica de habitação do entorno, no sentido de atrair moradores pelas oportunidades de trabalho. Essa hipótese foi influenciada pela presença de diversos conjuntos de casas populares com plantas replicadas que existem no bairro Parque Dom Pedro e nos bairros adjacentes, ao longo do já explanado eixo de expansão industrial da BR-116.

Na busca da confirmação ou não da hipótese, a aplicação de questionários em abordagens porta-a-porta dentro do Parque Dom Pedro para verificar o perfil do morador da localidade foi etapa inicial. Para isso, foi elaborado um questionário simples para guiar as conversas semiestruturadas que contemplaram os assuntos: tempo de moradia no bairro, município do local de trabalho, área de trabalho (indústria, serviços, comércio ou serviço público) e locomoção. No período de março a maio de 2022, foram visitadas 62 residências nas ruas I, J, K, T e X, que compõem um quarteirão do bairro para a aplicação da abordagem dialógica, sendo que, dessas, em 29 a tentativa de contato teve sucesso e as conversas foram efetivadas.

Apesar de o recorte das informações coletadas ser pequeno, podendo não representar toda a localidade, algumas conclusões puderam ser formuladas dentro das limitações metodológicas. A primeira delas ligada à hipótese supracitada. Além do fato de que, entre vinte e nove moradores participantes, apenas um era um colaborador da Fábrica Fortaleza, a maioria dos outros participantes, quando questionados, não conheciam pessoas residentes no bairro que fossem funcionárias da Fábrica Fortaleza. Além deste participante, somente mais um trabalhava em Eusébio, com os demais se espalhando entre Fortaleza, Itaitinga e Horizonte. Do montante, 20% trabalhavam na indústria. Dos demais, 6,7% trabalhavam no comércio, 13,3% autônomos, 26,7% no serviço público e 33,3% nos serviços.

Posteriormente, em visita guiada à Fábrica Fortaleza, foi possível combinar os dados com a informação apresentada pela própria empresa de que a maior parte dos funcionários são de Fortaleza e, ainda, de Horizonte, Pacajus e Caucaia, outros municípios da RMF. Os dados, cruzados com a consulta bibliográfica, revelam que o avanço do mercado imobiliário no entorno de indústrias como a Fábrica Fortaleza é uma constatação paralela ao da industrialização que, como apontado por Muniz (2015), vem em um processo crescente de transbordamento da capital para a Região Metropolitana de Fortaleza. De acordo com Nogueira (2011), Itaitinga e Eusébio recebem diversos empreendimentos voltados ao público

de média e baixa renda, colocando o setor imobiliário nesse mesmo fluxo de transbordamento dos limites da capital para estender os usos do solo de Fortaleza nos municípios da região metropolitana. Sendo estes processos interligados, o que explica essa proximidade dos empreendimentos imobiliários às grandes empresas, na verdade, é a necessidade, pelas construtoras, de aproveitar os terrenos vazios fora da capital oferecendo aos compradores atrativos que, muitas vezes são os mesmos que condicionam a presença das indústrias: disponibilidade de terrenos com preços atrativos, proximidade com as conveniências estruturais da capital mesmo fora dela e infraestrutura de acesso à capital. Em alguns casos, inclusive, essas estruturas são criadas ou otimizadas para beneficiar o funcionamento da empresa que se instala e, eventualmente, o capital imobiliário aproveita como atrativo. Comumente se encontram divulgações em flyers promocionais de terrenos e casas na região utilizando a localização próxima à Fábrica Fortaleza e à Messejana, em Fortaleza, como atrativos. A Figura 4 é um exemplo dessa estratégia.

Figura 4: Material de divulgação de loteamento em Itaitinga.



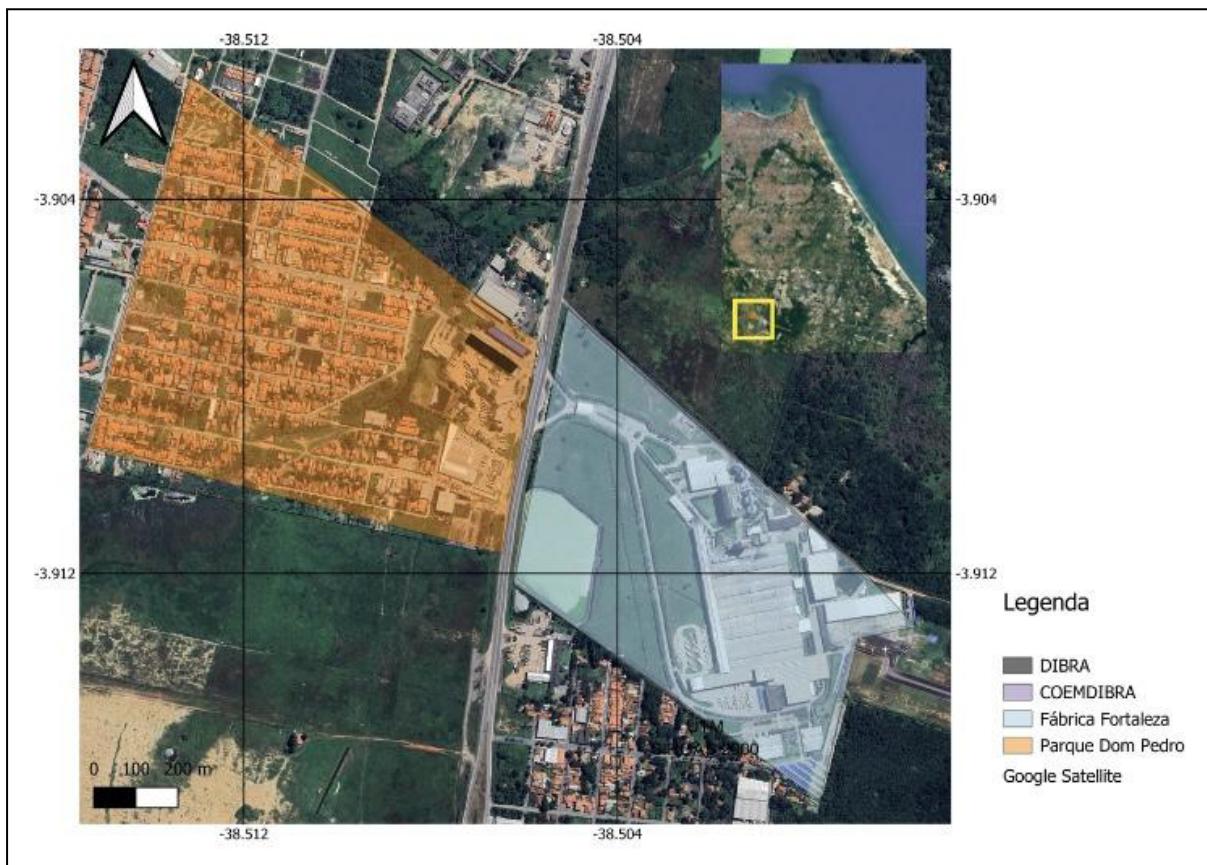
Fonte: material coletado em postagens de corretores da região no site de vendas online *OLX*, 2022.

A Fábrica Fortaleza expande sua influência para seu entorno com a criação da Cooperativa de Consumo dos Empregados do Grupo M. Dias Branco - COEMDIBRA, no

início dos anos 1990. O estabelecimento é um supermercado que oferece aos funcionários do grupo a possibilidade de fazer compras com descontos especiais, mas que também é uma forma de ampliar os lucros do grupo mantendo os salários dos funcionários circulando dentro do próprio ecossistema do grupo. Tendo desde produtos de limpeza e hortifrutí até eletrodomésticos e calçados de variadas marcas, uma peculiaridade é que os produtos fabricados pelo Grupo M. Dias Branco são os únicos disponíveis nas categorias às quais eles pertencem. A partir de 2003, a COEMDIBRA abriu as portas também para clientes que não são funcionários fazerem compras sem acessarem os descontos especiais, o que centralizou nos produtos da M. Dias Branco o consumo de massas alimentícias pelos moradores de todo o arredor. Essa dominância no consumo local só deu lugar à uma diversidade maior de opções no ano de 2017, quando o primeiro supermercado concorrente, o Ismael, da Rede Uniforça, foi inaugurado no bairro Parque Dom Pedro como resposta ao aumento da demanda que o crescimento populacional, potencializado pela onda de venda de imóveis financiados a partir de 2010 através do Programa Minha Casa, Minha Vida (criado em 2009 pelo Governo Federal), gerou.

O grupo tem, ainda, adjacente à Fábrica Fortaleza e à COEMDIBRA, o escritório DIBRA, alocado na região concomitantemente à inauguração do moinho da Fábrica Fortaleza, em 2015.

Figura 5: Mapa de localização do bairro Parque Dom Pedro em relação à Fábrica Fortaleza.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do redimensionamento e investimento na agroindústria de alimentos na Região Metropolitana de Fortaleza, com foco nas transformações socioespaciais que ocorrem no entorno dos circuitos espaciais da produção desses empreendimentos. Sendo que as dinâmicas de mercado do Grupo M. Dias Branco foram tomadas como estudo de caso para possibilitar a compreensão dos impactos da agroindústria de alimentos no recorte espacial no contexto da reestruturação global do capitalismo. Com base nos objetivos propostos, após apresentar uma sólida contextualização, foi possível verificar, na Região Metropolitana de Fortaleza, várias das estratégias impostas pela reestruturação produtiva, bem como identificar dinâmicas próprias da localidade e outras específicas da empresa enfocada, revelando as nuances que essa reestruturação do capital pode apresentar de acordo com o local, o porte e o segmento da empresa na qual ela se imprime. O esclarecimento acerca da verticalização de etapas e os

esforços da M. Dias Branco em prolongar suas interações de mercado evitando fragmentações foi uma característica marcante no sentido das particularidades.

Para além de uma conferência da presença ou não de estratégias da reestruturação produtiva, a pesquisa permitiu, ainda, examinar sob que processos a industrialização da Região Metropolitana de Fortaleza ocorreu e com que impactos e futuros desdobramentos a desindustrialização ocorre. A descentralização, que, em um momento anterior, ocorreu da capital para os municípios da região metropolitana, hoje experimenta uma fase em que o Ceará perde unidades produtivas industriais para outros estados do país. Cenário que leva à reflexão acerca de quais serão as próximas estratégias de intervenção do Estado para a manutenção do desenvolvimento econômico local que antes, com a SUDENE, se fundamentou na industrialização. A reforma tributária, sancionada em 2025, que prevê o fim da guerra fiscal através da finalização de incentivos fiscais específicos, também precisa ser levada em conta, de agora em diante, na análise desse cenário. Destacamos nessas conclusões o fato de que a agroindústria de alimentos ainda não parece ser afetada no estado pela desindustrialização, confirmando o pressuposto protagonismo do ramo.

As análises acerca das dinâmicas produtivas e de mercado do grupo M. Dias Branco da empresa possibilitaram entender as estratégias de espacialização com vistas a competitividade. Hoje, a M. Dias Branco passa por um momento conturbado, tendo terminado o ano de 2024 apresentando uma baixa nos lucros líquidos do último trimestre do ano de quase 50% em relação ao mesmo período do ano de 2023. Em 2024 a empresa demitiu mais de 800 funcionários pelo país e, em 2025, fechou uma unidade produtiva em São Paulo, adquirida em 2003, desempregando mais de 500 funcionários. Ainda que a empresa especule que a queda nos lucros seja ocasionada pela inflação somada à sensibilidade do consumidor ao repasse de custos através de atualização da precificação de produtos, é possível sugerir também a queda do interesse em alguns produtos do portfólio da marca. É crescente a conscientização acerca da importância de uma alimentação saudável e, como comentado anteriormente no texto do presente estudo, o bem-estar já se estabeleceu como um mercado altamente propagado, além de que o próprio Estado entra na disseminação dessa preocupação com ações como a permissão de porcentagens cada vez menores de ultraprocessados na alimentação oferecida nas escolas da rede pública, por exemplo. Visto que muitos dos produtos da M. Dias Branco são biscoitos, biscoitos recheados, bolinhos prontos e macarrões instantâneos, alimentos considerados ultraprocessados, os lucros do grupo são colocados em risco ao passo que os perigos dos consumos desses segmentos são divulgados. Dessa forma, é possível concluir que a empresa entra em uma nova etapa de estratégias de lucro baseada no

estabelecimento de um novo padrão de comportamento alimentar.

Em suma, a indústria alimentar, de maneira geral, em sua forma presente resulta de uma somabastamente complexa de fatores desde o estabelecimento das formas de alimentação regional, baseadas na disponibilidade de ingredientes, até a fase atual, com os comportamentos alimentares globalizados e as comidas industrializadas. A espacialização das unidades produtivas se mostrou um aspecto fundamental na investigação das estratégias da M. Dias Branco, que ocupa e desocupa espaços diante das circunstâncias para estender sua rede de lucros e, nesse processo, transforma os arredores em conjunto com os demais agentes reprodutores do espaço. Apesar das limitações metodológicas deste trabalho de pesquisa, principalmente ligadas à falta de acesso a dados detalhados de faturamento e perfil dos empregados de empresas; abrangência quantitativa de questionários e constatações baseadas em afirmações que só podem ser confirmadas a partir da frequência do aparecimento das informações na construção da hemeroteca de notícias ligadas ao tema, acreditamos que esse trabalho tenha estabelecido uma relevante discussão e apresentado dados e reflexões que podem subsidiar debates correlatos futuros. Visto que os meios de influência dos comportamentos de consumo se encontram mais dinâmicos do que nunca antes com as formas atuais de uso da internet, as formas de comer e, consequentemente de produzir comida tendem a continuar se flexibilizando, e o acompanhamento das dinâmicas que as agroindústrias de alimentos continuarão adotando para manter a competitividade são processos a serem atualizados em estudos seguintes nessa área.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO. **Balanço Anual 2023**. São Paulo: ABIA, 2023. Disponível em: <https://www.abia.org.br/numeros-setor>. Acesso em: 02 ago 2024.

BOMTEMPO, Denise Cristina. Configuração territorial e indústria de derivados de trigo: articulações e fluxos da Empresa M. Dias Branco a partir do Ceará. **Revista GeoUECE**, v. 11, n. 20, p. e202207-e202207, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 6º. Direitos sociais. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Dispõe sobre a criação de Regiões Metropolitanas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 1973. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp14.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm). Acesso em: 1 ago.

2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 13 jan. 2025.

CEARÁ. Lei Complementar n.º 154, de 20 de outubro de 2015. Define as regiões do Estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 22 de outubro de 2015.

CEARÁ. Secretaria da Infraestrutura. **História do Metrofor, 2017-2019**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://www.metrofor.ce.gov.br/historia-do-metrofor-2/>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 1ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

COSTA, Marco A.; TSUKUMO, Isadora T. L. (Org.). **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2013.

DAMASCENO, Bruna. Com faturamento de R\$ 17 bi, indústria de alimentos e bebidas gerou 47 mil empregos no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 fev. 2024.

DE ARAÚJO, N. G. OS TRABALHADORES E A INDÚSTRIA: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO. Fortaleza, CE: Universidade Estadual do Ceará, 2007.

DETRAN-CE. Mapa de rodovias da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Detran-CE, 2016. Disponível em: [https://www.detran.ce.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/mapa\\_rodovias\\_ce.pdf](https://www.detran.ce.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/mapa_rodovias_ce.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

ELIAS, D. A Região Metropolitana Como Recorte Espacial Para Estudos Sobre o Agronegócio: questões de método e metodologia: The Metropolitan Region as a spatial feature for studies on agribusiness: questions of method and methodology . **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–28, 2020. DOI: 10.5216/bgg.v40i01.63448. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/63448>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FIRKOWSKY, OLCF. O estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio. **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, p. 21-52, 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento: atualização 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

M. DIAS BRANCO. **M. Dias Branco**. Quem Somos. [S.1.]. ©-M. Dias Branco, 2023. Disponível em: <https://mdiasbranco.com.br/quem-somos/#>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MÁXIMO, Francisco Réisson Carvalho Correia; LOPES, João Marcos de Almeida. Produção habitacional e expansão periférica do espaço urbano metropolitano: a construção dos conjuntos-bairros em Fortaleza. **Anais do XV ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. Abordagem histórica da reestruturação produtiva no Brasil. **Latitude**, Maceió-AL, Brasil, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2018. DOI: 10.28998/lte.2009.n.1.641. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/641>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2014.

MUNIZ, Alexsandra M. Vieira. Produção do Espaço Metropolitano de Fortaleza e a Dinâmica Industrial. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. In: **III Colóquio Espaço e Economia: 2019, RJ**. Transformações no capitalismo mundial e a produção social do espaço: novos arranjos territoriais e a economia política do desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2019.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Reestruturação Produtiva e Espacial e as Implicações no Trabalho Agroindustrial. Fortaleza: **Imprensa Universitária**, 2024. (Coleção Estudos Geográficos). Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79100>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MUNIZ, A. M. V.; COSTA, M. C. L. da; QUEIROZ, E. A. N. de. Trabalho precariado e plataformação: comércio no circuito inferior da economia. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 26, n. 59, p. 43–68, 2023. DOI: 10.1590/2236-9996.2024-5903. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/61275>. Acesso em: 8 out. 2024.

NIELSEN RETAIL. Total Brasil - INAC + C&C - T. Biscoitos / T. Massas Alimentos - Share Volume - YTD 23. Apud: **O POVO**. Fábrica Fortaleza: sete décadas para celebrar. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/fabricafortaleza/2023/05/13/fabrica-fortaleza-sete-decadas-para-celebrar.html>. Acesso em: 26 fev. 2025.

NOGUEIRA, C. M. L. **Expansão metropolitana e dinâmica imobiliária: o município de Eusébio no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

O POVO. Fábrica Fortaleza: sete décadas para celebrar. **O POVO**, 13 maio 2023. Disponível em:  
<https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/fabricafortaleza/2023/05/13/fabrica-fortaleza-sete-decadas-para-celebrar.html>. Acesso em: 26 fev. 2025.

OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro de. **Os circuitos espaciais de produção da J. Macêdo Alimentos**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

PEQUENO, Renato. Análise sócio-ocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. **Mercator**, v. 7, n. 13, p. 71 a 86-71 a 86, 2008.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. DAS CIDADES ÀS METRÓPOLES LITORÂNEAS: O PAPEL DA VILEGIATURA MARÍTIMA MODERNA NO NORDESTE DO BRASIL. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 2, p. 05–15, 2012. [DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74248](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74248). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74248>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia metropolitana e desenvolvimento regional**: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020.

RIPPEL, Nilmar; VICELI, Alessandro; DENTZ, Eduardo Von. A importância das infraestruturas de transporte para o desenvolvimento industrial brasileiro: um enfoque Rangeliano para superação da crise atual. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, /S. I.J**, v. 7, n. 2, p. 18–36, 2022. Disponível em:  
<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/6467>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Educação profissional**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-profissional/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Rodrigo Gomes de; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Produção de trigo no Brasil: Indicadores regionais e políticas públicas. **Texto para Discussão (TD), No. 2608**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em:  
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10315>. Acesso em: 14 dez. 2024.

TAVARES CABRAL, J. M.; MUNIZ, A.; SAMPAIO, P. M. A Dinâmica Industrial na Região Metropolitana de Fortaleza no Contexto da Reestruturação Produtiva e Espacial. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 170–200, 2019. DOI: 10.33026/peg.v20i2.6343. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6343>. Acesso em: 14 out. 2024.

TELES, Glaucliana Alves; AMORA, Zenilde Baima. A gênese do complexo industrial e portuário do Pecém-CIPP nas políticas de industrialização cearense e a dinâmica na produção do espaço metropolitano. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 18, n. 1, p. 3, 2016.

VILAS-BOAS, S. **Ivens Dias Branco**: simples, criativo, prático. Barueri: Manole, 2013.

XIMENES, Victor. Cidade cearense lidera aluguel de galpões no Nordeste e vira potência logística. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/victor-ximenes/cidade-cearense-lidera-aluguel-de-galpoes-no-nordeste-e-vira-potencia-logistica-1.3607824>. Acesso em: 2 fev. 2025.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À REPRESENTAÇÃO DA CIONE

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: COMPANHIA INDUSTRIAL DE OLEOS DO NORDESTE - CIONE

**Objetivo:** Coletar informações sobre os circuitos da produção de alimentos na região metropolitana de Fortaleza, levando em conta as demandas do capitalismo na atualidade, para embasar a discussão proposta na pesquisa de TCC a ser apresentado para o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia.

**Entrevistada:**

**Entrevistador:** Felipe Ferreira Rufino

**Data:** 09/08/2024

**Local:** Via web

**Tipo de Entrevista:** Semi-estruturada

**1** - É possível precisar de onde (municípios) vem a castanha de caju beneficiada pela Companhia Industrial de Oleos do Nordeste - Cione? A Cione possui plantações de cajueiro? Existe a compra de matéria-prima de vendedores independentes/pequenos agricultores?

**2** - A Cione realiza o beneficiamento a castanha-de-caju para outros fins além da obtenção do óleo, como torra para comercialização do produto integral, farinhas, granulados e outros?

**3** - Há exportação dos produtos finais? Se sim, é possível precisar para que país(es) essa produção é escoada? E, ainda, quanto da produção total você diria que é exportada, em uma estimativa de porcentagem?

**4** - Ainda acerca dos circuitos espaciais, para onde sua produção é escoada dentro do Brasil?

**5** - Quão automatizado você diria que são os processos da produção dentro da Cione? Quais são os processos manuais e automatizados atualmente?

**6** - Vem sendo observado, desde o final do século XX, uma tendência de realocação de unidades produtivas para outros municípios a fim de ampliar os lucros com o aproveitamento de benefícios fiscais. Na sua avaliação, porque a CIONE permaneceu no local da sua instalação, na capital, desde a sua inauguração?

### RESPOSTAS

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ABORDAGEM PORTA-A-PORTA NO PARQUE DOM PEDRO**

<b>QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO DO PERFIL DOS TRABALHADORES RESIDENTES DO BAIRRO PARQUE DOM PEDRO - ITAITINGA</b>		Data:
<p><b>Objetivo:</b> Coletar informações sobre o perfil dos trabalhadores residentes no entorno da Fábrica Fortaleza para embasar a discussão proposta na pesquisa de TCC a ser apresentada para o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Geografia.</p>		
<b>Nome do entrevistado:</b>	<b>Idade:</b>	
<b>Endereço:</b>		
<p><b>1</b> - Desde que ano mora no bairro?</p>		
<p><b>2</b> - Qual foi a motivação da mudança (em caso do entrevistado não ter sempre morado no bairro)?</p>		
<p><b>3</b> - Em que setor trabalha?</p>		
<p>( <input type="checkbox"/> ) Indústria ( <input type="checkbox"/> ) Comércio ( <input type="checkbox"/> ) Serviços ( <input type="checkbox"/> ) Serviço público ( <input type="checkbox"/> ) Autônomo</p>		
<p><b>4</b> - Em que cidade trabalha?</p>		
<p><b>5</b> - Como chega ao trabalho?</p>		
<p>( <input type="checkbox"/> ) A pé ( <input type="checkbox"/> ) Bicicleta ( <input type="checkbox"/> ) Transporte público ( <input type="checkbox"/> ) Transporte particular</p>		
<p>( <input type="checkbox"/> ) Carro de aplicativo ( <input type="checkbox"/> ) Fretado de empresa</p>		
<p><b>6</b> - Nível de satisfação com o transporte público intermunicipal na região.</p>		
<p>( <input type="checkbox"/> ) Bom ( <input type="checkbox"/> ) Satisfatório ( <input type="checkbox"/> ) Ruim</p>		